

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS - LINGÜÍSTICA

O SUJEITO - UMA CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO
SINTÁTICO-SEMÂNTICO

DISSERTAÇÃO APRESENTADA À UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SANTA CATARINA COMO PARTE
DOS REQUISITOS PARA OBTENÇÃO DO GRAU
DE MESTRE EM LETRAS - LINGÜÍSTICA.

ELÓDIA CONSTANTINO ROMAN

FLORIANÓPOLIS

1990

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do
título de

MESTRE EM LETRAS - LINGÜÍSTICA

Área de Concentração: Lingüística Aplicada ao Ensino do Português,
pelo programa de Pós-Graduação.

M. Marta Furlanetto

Profª Drª Maria Marta Furlanetto
Coordenadora da Pós-Graduação em
Lingüística

Apóstolo T. Nicolacópulos

Prof. Dr. Apóstolo T. Nicolacópulos
Orientador

Apresentada à Banca Examinadora:

Apóstolo T. Nicolacópulos

Prof. Dr. Apóstolo T. Nicolacópulos

Hilda Gomes Vieira

Profª Drª Hilda Gomes Vieira

Heronides M. de M. Moura

Prof. Heronides M. de M. Moura
(Mestre)

A minha mãe.

A meus filhos Marcos e Anderson.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força que representa em minha vida.

Ao Professor Apóstolo, pela sabedoria, dedicação e paciência com que me orientou.

A todos os professores do Curso de Pós-Graduação em Linguística.

À Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

À CAPES, pela bolsa concedida.

A todos que me incentivaram.

RESUMO

Esta dissertação inicialmente faz uma revisão da definição do sujeito na gramática tradicional, no estruturalismo e no transformacionalismo. Esta revisão nos mostra que há uma mesclagem de agente e tópico na definição de sujeito.

Fazemos um estudo dos modelos na Gramática de Casos. O modelo matricial de Cook serviu de sustentação teórica para a abordagem semântica do sujeito.

O objetivo desse trabalho é abordar o sujeito, tanto do ponto-de-vista sintático quanto do semântico, propondo o ensino integrado destas abordagens.

ABSTRACT

This dissertation initially reviews the definition of "subject" in traditional grammar, transformationalism, and structuralism. This review shows us that there is a blend of agent and topic in the definition of subject.

Here a study on the models of case grammar is conducted. Cook's matrix model served as a theoretical support for the semantic approach.

This work aims to approach the subject, both from the syntactic and semantic points-of-view, proposing the integrated teaching of these approaches.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - A TRADIÇÃO GRAMATICAL	3
1.1. Sujeito: Antecedentes Históricos	3
1.2. Gramática Tradicional	7
1.3. Estruturalismo	14
1.4. O Transformacionalismo	20
1.5. Considerações Gerais	27
CAPÍTULO II - A GRAMÁTICA DE CASOS	31
2.1. Introdução	31
2.2. Modelo de Fillmore	32
2.2.1. Fillmore 66	32
2.2.2. Fillmore 68	37
2.2.3. Fillmore 71	43
2.3. O Modelo de Chafe	50
2.4. O Modelo de Cook	61
CAPÍTULO III - O SUJEITO: INTEGRAÇÃO SINTÁTICO-SEMÂNTICO	73
3.1. Introdução	73
3.2. Substância - Acidentes	76
3.3. Frases Ativas e Passivas	80
3.4. Os Casos Não-Manifestos	86
3.5. Oração sem Sujeito	90
3.6. Sujeito Indeterminado	92
3.7. O Sujeito Oracional e o Alçamento	93
3.8. Supressão de Sujeito Idêntico	97

CONCLUSÃO	101
BIBLIOGRAFIA	104

INTRODUÇÃO

As definições de sujeito na gramática tradicional tem origem na filosofia clássica.

Partindo disso, sem a intenção de esgotar o assunto, mas pretendendo mostrar o caminho por nós percorrido, fazemos um breve histórico das definições de sujeito dadas por Platão e Aristóteles.

Revisamos a gramática tradicional o estruturalismo e o transformacionalismo.

O conceito **sujeito**, em nosso trabalho, será considerado sob o ponto-de-vista da estrutura superficial sintática em termos de posição e concordância ; na estrutura profunda sintática, como o SN diretamente dominado pela S (sentença). A nível semântico, o mesmo será tratado em termos de "casos" (relações semânticas) e tópico, conceito pragmático, a nível frasal.

A gramática tradicional aborda o sujeito sintaticamente mesclando agente e tópico. Se isso acontece, por que não abor-

dá-lo também como as demais funções semânticas de experienciador, beneficiário, objeto, locativo integrando-as à sintática?

Revisamos as gramáticas consideradas tradicionais que servem de apoio ao ensino; vimos também o sujeito no estruturalismo, e no transformacionalismo de Chomsky. O tópico está sendo abordado quando as definições de sujeito nos remetem a ele. Assim estruturamos o primeiro capítulo.

O segundo capítulo contém algumas das teorias da gramática de casos propostos por Fillmore (1966, 1968, 1971) e Chafe (1970), o modelo matricial de Cook (1970 - 1978), que, baseado em Fillmore, Chafe e Anderson (1971), procurou sistematizar a gramática de casos. O objetivo deste capítulo é fornecer a base para a abordagem semântica do nosso trabalho.

No capítulo seguinte retomamos as categorias aristotélicas. Aplicamos o modelo matricial de Cook ao sujeito, nas frases ativas e passivas; nas orações sem sujeito e com sujeito indeterminado; nas orações subjetivas. Estudamos a possibilidade da aplicação desse modelo, quando do alçamento de constituintes frasais à posição de sujeito, sem que se alterem as funções semânticas; também o fizemos na transformação sintática da supressão de sujeito idêntico.

Não pretendemos, nesse trabalho, discutir a noção de sujeito em busca de uma redefinição dessa função de nossa língua. O objetivo é dar uma contribuição ao ensino do sujeito, propondo uma integração de sujeito sintático e semântico.

CAPÍTULO I

A TRADIÇÃO GRAMATICAL

1.1. Sujeito: antecedentes históricos

Desde a antigüidade grega "a gramática fez parte da filosofia, isto é, era uma parte de sua indagação geral sobre a natureza do mundo" (Lyons, 1979:4). Os estudos filosóficos foram entrelaçados com o estudo da linguagem, constituindo-se o que mais tarde chamou-se de "Lógica" (Camara Jr., 1975:11-16).

Segundo Aristóteles, a correspondência entre os modos de "ser" (Filosofia) e "significar" (Gramática), possibilita o conhecimento do mundo (Lógica). Cremos que nesse período as relações Gramática, Filosofia e Lógica encontram-se tão emaranhadas que se tornava difícil dissociá-las¹. A preocupação com a gramática mesclou-se à especulação filosófica. Devido a essa mesclagem tentamos localizar historicamente uma primeira menção sobre o assunto.

¹Lyons (1979) comenta a associação entre a gramática, filosofia e lógica, estabelecida pelos gregos.

O "nome" cujo termo técnico grego é "onoma" (ὄνομα) definiu-o Platão em "Sofista", como "o nome do ator", "o nome de quem executa uma ação", que é uma parte do discurso, e é a primeira definição do "nome" na lógica grega. A outra parte do discurso a que o mesmo se refere, é "rhema" (ῥῆμα) "aquela que designa a ação"². Para ele "onoma" e "rhema" são os elementos básicos do "logos" (λόγος), que frequentemente traduz-se como "oração", "proposição" (Dinneen, 1961-65:78).

A definição de sujeito em Platão: "é aquilo de que se fala ou a que se atribuem qualidades ou determinações ou a que qualidades ou determinações são inerentes" (Abbagnano, 1982: 895-6), nos remete a tópico³ e quando o define em "Sofista" como "o nome do ator", nos remete a agente.

Aristóteles (séc. IV a.C.) conserva a distinção dada por Platão ao nome e verbo e acrescenta a categoria das conjunções, englobando todas as demais categorias (artigos, pronome, preposição, ...).

A definição aristotélica para "onoma" (nome) em "De Interpretatione" é: "o nome é uma locução que possui um significado convencional, sem referência ao tempo, e de que nenhuma parte tem significação própria quando tomada separadamente" (16a: 122)⁴. Cita como exemplo a palavra "homem", em que, cada uma das sílabas em separado, nada significa e sim a palavra como um todo. "Rhema" (verbo) também nomeia algo, mas difere de "onoma" porque tem referência ao tempo. Exemplifica com: "saú-

²Sophist 261 ff apud Dinneen (1961-65:59 e 1967:78).

³Estamos considerando tópico em nosso trabalho, a nível de sentença, que é aquilo ou aquele de que se declara algo. (cf. Dubois, 1986:581 e Pontes, 1986:178)

⁴Organon, 1985:16b, 124.

de" é um nome e "está de boa saúde" é um verbo, pois a sua própria significação acrescenta a atualidade desse estado. O verbo faz predicções, ou seja, atribui propriedades inerentes a um sujeito ou contidas nele⁵ (op.cit. 16b, 124). Tais definições são de sujeito e predicado lógicos, mas os exemplos dados por Aristóteles de "onoma" são nomes e de "rhema" são verbos.

Segundo Dinneen, na linguagem comum, "onoma", pode significar "nome"; no vocabulário gramatical com o significado de "substantivo", "nominal" ou "sujeito", corresponde na lógica, ao "sujeito lógico". Quanto a "rhema", na linguagem comum pode significar "frase" ou "declaração"; na gramática tem o significado de "verbo", "verbal" ou "predicado", correspondente na lógica, ao predicado lógico (1967:78).

A mesma definição dada ao sujeito por Platão "aquilo de que se fala ou a que qualidades ou determinações são inerentes [...] "é encontrada em Aristóteles como um dos modos da "substância". Essa "substância" a que ele se refere, é a primeira das dez categorias ou predicamentos⁶ ou tipos de predicados listados em "Categorias". Segundo ele, "as palavras sem combinação umas com as outras significam por si mesmas uma das seguintes coisas: o que (a substância), o quanto (quantidade), o como (qualidade), com que se relaciona (relação) onde está (lugar), quando (tempo), como está (estado), em que circunstância (hábito) atividade (ação) e passividade (paixão)⁷" (1985:47).

A "substância" é considerada a essencial e aquela que sustenta as outras nove, chamadas acidentes ou acidentais, as

⁵Organon, 1985:16b, 124.

⁶Cf. Morente, 1970:105.

⁷Para maiores detalhes, ver Aristóteles (1985, 4 2a:47-112), que dá definição e exemplifica as "categorias".

quais não têm por si mesmas nenhuma existência independente; não existem senão sustentadas pela "substância", daí a primordial importância, dada à mesma, por Aristóteles (Werner, 1966:99).

Essa categoria "substância" passou na gramática tradicional a ser considerada como "substantivo", "nome", e sendo ela o suporte da predicação, a essencial e tendo a posição de precedência, é associada a "sujeito"⁸ — que Aristóteles define como "aquilo de que se pode predicar qualquer coisa, mas que por sua vez não pode predicar sobre as outras coisas"⁹.

Da mesma forma, a posição de precedência da categoria "substância" na frase, pode definir o termo que ocupa tal posição, como tópico, tendo-se então uma definição pragmática que com o sujeito pode ser ou não coincidente.

Representando uma herança filosófica dos estudos da linguagem, encontra-se implícito nas categorias aristotélicas assim como em "onoma" e "rhema", termos empregados por Platão, o conceito tradicional de sujeito e predicado que muitas vezes é identificado com tópico e comentário.

Dessa herança filosófica temos a definição de sujeito associada a agente, além de tópico, numa mesclagem sintático-semântico-pragmática que detectamos revendo a gramática tradicional.

Em seguida à gramática tradicional revemos o sujeito no estruturalismo e no transformacionalismo.

⁸O sujeito não só pode estar anteposto ao verbo, mas também posposto conforme Pontes (1986:31).

⁹Cf. Met. VII, 3, 1028b 36 apud Abbagnano, 1982:896.

1.2. Gramática Tradicional

Conforme Dubois (1986:574) a definição de sujeito, na gramática tradicional, está ligada à noção de agente, pois o sujeito é aquele que pratica ou sofre a ação praticada pelo verbo.

Essa definição de sujeito como agente também é constatada em Lyons (1979:360) quando ao referir-se à definição tradicional de sujeito, coloca que a mesma está ligada à noção de agente, tanto nas orações transitivas como intransitivas.

Como Platão, também Lyons refere-se ao sujeito "como aquele que pode ser descrito como ator", mas faz uma ressalva de que essa interpretação nocional de sujeito como "ator", frequentemente entra em conflito sistemático com o critério gramatical ao definir o sujeito nas orações passivas¹⁰. Na frase:

(1) João mata Guilherme.

neste exemplo, João é o "ator" e Guilherme "a meta".

(2) Guilherme é morto por João.

também neste exemplo João é o "ator" e Guilherme "a meta", mas enquanto "João" é considerado tradicionalmente como sujeito em (1), é Guilherme que é o sujeito em (2). Já em orações intransitivas como em:

(3) Guilherme correu.

há coincidência, pois Guilherme é "ator" e sujeito gramatical ao mesmo tempo.

¹⁰Cf. Lyons, 1979:360.

Esses conflitos ocorrem por ser o sujeito tratado inadequadamente, o que verificamos também nas gramáticas tradicionais de Rocha Lima, Celso Cunha, Gama Kury, Evanildo Bechara, Napoleão Mendes de Almeida, Silveira Bueno e Celso Luft, que arrolaremos a seguir.

Rocha Lima tratando do sujeito, nos leva a considerá-lo como tópico quando o define como "o ser de quem se diz algo" e como agente quando ao tratar da transitividade se refere ao objeto direto como "o ser sobre o qual recai a ação" (1972: 205, 12).

(4) Castigar o filho.

Se há quem sobre o qual recaia uma ação, essa ação foi praticada por alguém. Portanto, esse alguém é o agente.

Celso Cunha define o sujeito como o ser sobre o qual se faz uma declaração, o que pode ser considerado como uma definição de tópico. Refere-se ao sujeito sintático empregando os termos semânticos agente, paciente, em "a atitude do sujeito com referência ao processo verbal" (1980:87, 93) exemplifica com:

(5) Maria levantou o filho.

em que, segundo ele, Maria é o sujeito agente. E em:

(6) O filho foi levantado por Maria.

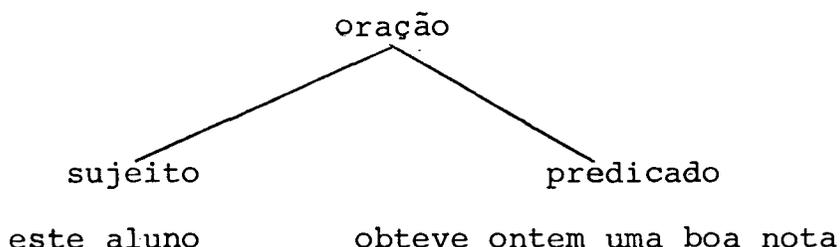
em que "o filho" é o sujeito paciente.

Em uma edição mais recente (1985:120, 21), Celso Cunha dá a mesma definição aos termos oracionais sujeito e predicado,

mas refere-se aos mesmos como sintagma nominal e sintagma verbal, respectivamente. Vimos que há um tratamento do sujeito em termos configuracionais. Refere que, se houver vários sintagmas nominais, será sujeito aquele em cuja posição "na ordem direta e lógica do enunciado" estiver à esquerda do verbo. Tem-se, segundo o autor, a posição de precedência do sujeito.

Celso Cunha demonstra a oração em diagrama em árvore, exemplificando em:

(7) Este aluno obteve ontem uma boa nota.



Em Gama Kury, o sujeito é definido como um termo que representa um ser a respeito do qual se anuncia alguma coisa.

Esta definição nos remete a tópico.

Quando ao tratar dos verbos nomenclais, cita correr, sair, comer, amar, refere-se aos mesmos como aqueles que indicam ações. Se tais verbos indicam ações, por certo o sujeito dos mesmos será o agente dessa ação (1972:21). Entre seus exemplos temos:

(8) Carlota correu.

De fato o verbo correr expressa uma ação, sendo Carlota

o agente. Mas com o verbo "amar" em:

(9) Carlota ama Joaquim.

Podemos considerar "Carlota" um sujeito agentivo ou apenas o conteúdo da experiência contida no verbo amar!

Vemos que há mesclagem na definição de sujeito pois ora sua referência remete-nos a tópico ora a agente, isto é, dá um tratamento sintático em termos pragmáticos e semânticos.

Quanto a Bechara, dá uma definição de sujeito como sendo o termo da oração que denota pessoa ou coisa de que afirmamos ou negamos uma ação, estado ou qualidade. Aqui há referência a agente, como também o faz na definição do predicado verbal, sendo o mesmo a declaração de uma ação que, se referida ao sujeito, o apresenta como agente ou paciente (1972:99). Exemplifica com:

(10) Machado de Assis escreveu belos livros.

onde o sujeito "Machado de Assis" é o agente, e em,

(11) Belos livros foram escritos por Machado de Assis.

onde "belos livros" é o sujeito paciente.

Emprega, como também o fez Celso Cunha, os termos semânticos agente-paciente, a um tratamento sintático do sujeito.

Bechara (1978:20) mescla a definição de sujeito, quando o define como sendo o termo da oração que indica o tópico da comunicação que é representado por pessoa ou coisa da qual afirmamos ou negamos uma ação (agente), estado ou qualidade. Exemplifica com a oração:

(12) Machado de Assis escreveu bons livros.

sujeito	predicado
(tópico)	(comentário)

Vemos em (12) que o sujeito tópico e agente são coincidentes, o que nem sempre ocorre.

Quanto a Napoleão Mendes de Almeida, pudemos detectar o tratamento ao sujeito como agente não na definição do mesmo, mas quando trata da predicação verbal, "... pessoa ou coisa que pratica a ação é na gramática chamada de sujeito ou agente da ação verbal"; e sujeito como uma referência a tópico: "o sujeito de um verbo é a pessoa ou coisa sobre o qual se faz alguma declaração" (1986:165, 411). Cita vários verbos que indicam ação, dentre eles o verbo quebrar, que utilizamos como exemplo:

(13) O vento quebrou o pires.

Em Silveira Bueno é dada uma definição ao sujeito, remetendo-nos a tópico: "é a parte da oração da qual se declara alguma coisa". Como agente, quando em "espécie de sujeito", define-o como aquele que encerra a ação praticada pelo predicado (1968:249). Exemplifica com uma frase de Vieira:

(14) "Mostrou Deus uma visão ao profeta Amós".

em que, segundo o autor, "mostrou" indica a ação praticada pelo sujeito "Deus", sendo portanto o agente.

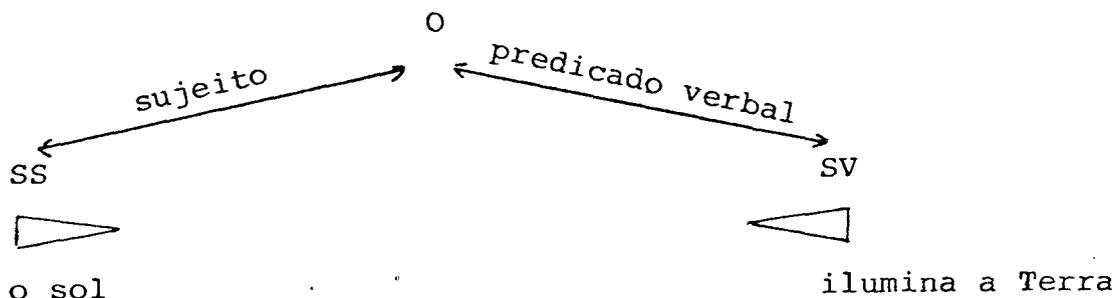
Celso Luft define o sujeito como "o ser de quem se diz

alguma coisa", que poderia ser o tópico, mas ele acrescenta a essa definição "é o elemento com o qual concorda o verbo", o que nem sempre ocorre com o tópico, sendo esta uma definição própria do sujeito gramatical¹¹ (1985:23). Dá como exemplo:

(15) O operário trabalha.

Mais adiante vamos ter por parte do autor, definição de sujeito e predicado em termos configuracionais, tratando-os como relações ou funções; o sujeito "é a relação entre a oração e o sintagma substantivo (SS) imediatamente dominado por ela"; o predicado é a relação entre a oração e o sintagma verbal ou nominal imediatamente dominado por ela" (idem:24). Cita como exemplo:

(16) O sol ilumina a Terra.



Ao tratar da transitividade, Luft (op.cit.:34) refere-se ao sujeito como agente na voz ativa, nos verbos transitivos de ação: tais verbos terão o sujeito paciente na voz passiva, mas o agente também permanecerá. Em

(17) O professor expõe a lição

SS1 vtd¹² SS2
 agente + ação + paciente

¹¹ Sujeito gramatical no presente trabalho, é o mesmo que sujeito sintático, que é definido em termos de posição e concordância.

¹² vtd é a abreviatura de verbo transitivo direto.

(18) A lição é exposta pelo professor.

SS2	Vdt	SS1
paciente + ação	+	agente

O autor refere-se aos termos agente, paciente como sendo do plano semântico. Apesar disso ele não se refere a que o termo agente seja um tratamento semântico dado ao sujeito.

Assim sendo, após feito esse levantamento vimos que as gramáticas consideradas tradicionais levam em conta a posição de precedência lógica da categoria aristotélica "substância", dando a posição de precedência sintática ao sujeito; trata-o também em termos de concordância (do verbo com o sujeito), mas reduzem o mesmo à noção de agentividade que é um tratamento semântico, ou à noção de tópico, que é um tratamento pragmático.

As gramáticas arrolada referem-se ao sujeito como agente, mas não o tratam como tal, "aquele que realiza uma ação". Isto o faz Celso Cunha, Bechara, Napoleão Mendes de Almeida, Silveira Bueno, não na definição de sujeito, mas em outros assuntos tratados. Gama Kury o faz quando considera o verbo "amar" como agentivo. O que nos parece é que o sujeito deste verbo deveria ser o conteúdo da experiência, assunto que abordaremos ao tratar da gramática de Casos.

A definição de sujeito como tópico, está implícita nas definições das gramáticas consultadas, mas somente Bechara o faz de forma explícita; e, no exemplo dado em (12), há coincidência de tópico e sujeito mas isto nem sempre ocorre, pois o tópico é o termo ao qual se quer dar maior ênfase na sentença e nem sempre é o sujeito, como exemplificaremos em:

(19) Amigos, eu tenho muitos.

onde o tópico da sentença é "amigos" e o sujeito é "eu".

Apesar de abordarmos o sujeito a nível sintático, semântico e pragmático, nosso trabalho tratará do sujeito a nível sintático-semântico.

1.3. Estruturalismo

Dentro do estruturalismo, vamos analisar Mattoso Camara Jr. e José Rebouças Macambira, que se distinguem dos gramáticos anteriormente analisados, enquadrados dentro de que se chama gramática tradicional.

Veremos como é tratado o "sujeito" como já o fizemos com os autores considerados tradicionais.

Segundo Camara Jr., o sujeito como o determinado e o predicado como o determinante são as duas partes primárias para construir-se significativamente uma frase. Sendo o sujeito o ser e o predicado o seu atributo do ponto de vista lógico, na metafísica, sujeito e predicado são postos na relação de causa e efeito (1977:176).

Para Camara Jr. (op.cit.) é necessário que nos desprendamos de tais considerações (de ordem lógica e metafísica) quando da apreciação lingüística na formulação da frase em que "o sujeito é o ponto de partida ou de referência" ou, em outros termos, é o tema¹³ do que se vai comunicar!" "é aquilo sobre o qual tem de fixar a atenção o ouvinte e é dado na frase em pro

¹³Tema é o mesmo que tópico (Dubois, 1986:581-90).

veito dele" (idem). Temos aqui uma definição de tópico em termos pragmáticos.

Refere-se às relações significativas entre o sujeito e o predicado na frase pessoal, denominando "sujeito possessivo" quando o mesmo se apresenta como possuidor do que é expresso pelo predicado (tenho um livro); o "sujeito ativo" que é o agente (eu ando); um "sujeito inativo" quando o processo nele se passa (eu durmo) e um "sujeito passivo", sofredor do processo indicado no predicado (eu apanho).

Essas "relações significativas" demonstram a proximidade de Camara Jr., às relações semânticas (casos) do sujeito, postuladas pela gramática de casos.

Quanto ao sujeito gramatical, caracteriza-o em termos de concordância, do verbo com ele, e em termos de colocação preferente antes do verbo para quando houver objeto no mesmo número nominal, evitar-se a ambigüidade (Camara Jr., 1986:228-29).

Assim sendo, para Camara Jr. o sujeito tem a função principal no processo verbal, razão pela qual Macambira lhe tece uma crítica dizendo ser a sua definição de sujeito "o ponto de partida da enunciação lingüística constituída pela oração", "inegavelmente segura, mas um tanto antídídática e complexa (Macambira, 1987:166).

Macambira, também estruturalista, considera o sujeito como o ponto de partida da oração, "o único subordinante jamais subordinado, bem como o princípio e o fim de todas as relações sintáticas: o princípio, porque tudo parte dele; o fim, porque tudo volta para ele" (1987:151-52). Com esta colocação, nos remetemos às "Categorias" de Aristóteles em que o mesmo dá con-

dição de precedência à "substância", considerando-a a "essencial", isto é, aquela a que se pode predicar qualquer coisa (subordinante) mas que por sua vez não pode predicar sobre as outras coisas (subordinandas). Identifica também o sujeito como "o suporte" no sentido etimológico da palavra: "subjectum", "o subjacente", aquele que subjaz como sustentáculo da estrutura sintática ou o tema de que se trata (idem 1987:158). Seria um decalque da palavra grega "hipoquimenon", como também da categoria "substância" que, segundo Werner (1966:99), é o sustentáculo das outras nove, a que nos referimos no início do trabalho.

Sob o aspecto sintático, o sujeito é o termo principal da oração, nunca subordinado a outro termo e com quem o verbo concorda. Para melhor detectar-se o sujeito, Macambira sugere "as provas sintáticas", onde ele faz uma ressalva de que nem uma das provas têm valor absoluto. Faz-se necessário algumas vezes, empregá-las todas para haver precisão quanto à identificação do mesmo.

A primeira é a prova de vínculo também considerada prova de concordância do verbo com o sujeito. Assim sendo, uma oração como:

(20) O menino maltratou o colega.

passando-se o verbo para o plural, o termo da oração que se alterar, é o sujeito; no caso, "o menino"¹⁴.

(21) Os meninos maltrataram o colega.

A prova de substituição consta do seguinte: se o termo que não for preposicionado for substituível por ele(s), ela(s), este é o sujeito da oração. No exemplo:

¹⁴Há outras substituições a serem feitas na prova de vínculo que achamos não ser necessário arrolá-las aqui (cf. Macambira, 1987:168-9).

(22) O negociante enganou o viajante.

(23) Ele enganou o viajante.

Quanto à prova de pergunta, faz-se a pergunta "quem?" ou "o que?" antes do verbo, para se encontrar o sujeito. Segundo o autor, se a oração não comportar tais perguntas é impróprio denominá-la oração, pois gramaticalmente não tem sujeito. Seria o caso de

(24) Choveu.

(25) São dez horas.

Esta prova de pergunta é "o só artifício da gramática tradicional que tem certo valor didático, e o que há sido amplamente aplicado na identificação do sujeito" (ibidem:171).

O sujeito será detectado na prova de posição se for o termo que sem preposição se antepõe ao verbo. Vimos que nesta prova a posição e nada mais é que determina a função do sujeito. Como exemplo temos:

(26) O soldado procurava o criminoso.

Uma outra prova que Macambira se nos apresenta é a prova de apassivação que, segundo ele, só atinge as orações em que há objeto direto: "o sujeito é o agente da passiva disfarçado". Em um exemplo como:

(27) Fleming descobriu a penicilina.

onde o sujeito "Fleming" pode converter-se no agente da passiva.

(28) A penicilina foi descoberta por Fleming.

mas em:

(29) Cristo morreu morte gloriosa na cruz.

a substituição

(30) Morte gloriosa foi morrida por Cristo na cruz.

que, segundo Macambira, é "muito extravagante como argumento conveniente"; diríamos que não há agente da passiva tendo em vista que "morrer" não indica ação e sim um processo, não sendo o sujeito, um agente.

O sujeito é definido por Macambira (idem:166) sob o aspecto semântico, "como o termo sobre o qual se afirma alguma coisa". Tal definição nos remete a "tópico". O sujeito sob o aspecto semântico deveria ser o agente da ação verbal.

Só se refere ao sujeito como agente quando faz uma espécie de crítica a "alguns autores" que ensinam o sujeito como agente - "aquele que pratica a ação expressa pelo verbo" (idem: 167). Faz um comentário em exemplos como:

(31) João Batista batizou o Messias.

em que o autor também considera o sujeito "João Batista", o agente do processo verbal, mas em:

(32) O enteado apanhava muito da madrasta.

o sujeito "o enteado", segundo ele, não pratica nada mas sofre com a surra. Também em:

(33) Pedro está vendo Paulo.

não considera que Pedro exerça uma ação, mas que sofre em sua estrutura ocular.

Em:

(34) Meu filho ama tua sobrinha.

para ele, não é fácil diagnosticar, no conteúdo verbal, quem é o agente e quem é a paciente. Como nos referimos em 1.2. o verbo "amar" não indica ação na voz ativa; assim também não terá um paciente na voz passiva.

Pudemos observar que Macambira não se referiu ao sujeito como "agente", de forma clara; somente na "prova de apassivação" se refere ao sujeito como "o agente da passiva disfarçado", mas sob o aspecto sintático, o que na verdade deve ser visto sob o aspecto semântico. Dá preponderância ao critério morfológico, pois diz: "quando falecem as indicações formais, a classificação deve basear-se no critério sintático, que não é tão seguro como o critério morfológico" (1986:11), além do que critica o critério semântico utilizado pelas gramáticas tradicionais e por Camara Jr.

Dentro do estruturalismo, portanto Camara Jr. é um mentalista que defende o critério semântico, enquanto que Macambira rejeita tal critério pois, conforme afirma, "só excepcionalmente e com muita cautela, é que se usa o critério semântico como elemento classificatório" (idem:21).

1.4. O Transformacionalismo

Foi com as publicações de Noam Chomsky de "Syntactic Structure" (1957) e "Aspects of the Theory of Syntax" (1965), que surgiu uma nova corrente lingüística - o gerativismo - que frequentemente é denominado de gramática transformacional, gramática gerativa ou ainda gramática gerativa transformacional¹⁵, constituindo uma tentativa de precisar explicitamente um tratamento às propriedades das línguas.

Segundo Dubois, esse modelo surgiu com uma crítica ao modelo distribucional e ao modelo de constituintes imediatos da lingüística estruturalista (1986:314).

Em "Aspectos da Teoria da Sintaxe", as regras e princípios da gramática têm caráter sintático, fonológico e semântico. E partindo da hipótese da autonomia da sintaxe em relação à fonologia e à semântica, é que a teoria chomskyana atribui o poder gerativo da língua ao componente sintático, cabendo aos componentes fonológico e semântico interpretar somente as seqüências produzidas pela sintaxe. "Em virtude disto, os modelos chomskyanos são denominados "modelos interpretativos".

O quadro abaixo, indica a forma pela qual está estruturada uma gramática segundo o modelo padrão (1965):

¹⁵ A gramática gerativa ou transformacional é assim chamada, porque estabelece regras para "gerar" enunciações corretas e transformar enunciações mais simples em outras mais complexas (apud Camara Jr., 1986:108).

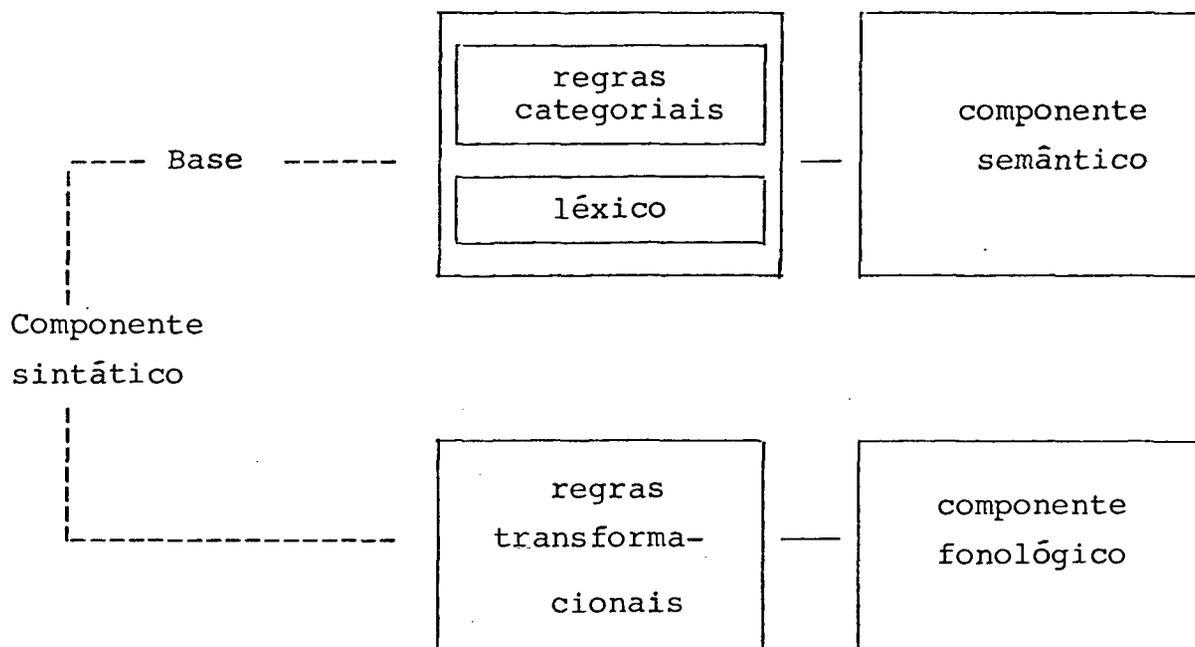


Figura 1

(Fonte: Lyons, *Novos Horizontes em Lingüística*; 1976:120)

A sintaxe ou o componente sintático divide-se em dois componentes: a base e as transformações. O subcomponente de base é composto de certo número de regras de reescrita onde tais regras possuem a característica recursiva da gramática e que podem, então, introduzir o elemento S (sentença) em uma construção derivada de S. De tais regras de reescrita é que se originam as seqüências pré-terminais compostas de formantes gramaticais e de símbolos postiços. Certo número de regras de transformação substituirão esses símbolos postiços pelos elementos lexicais, procedentes de uma matriz que tem marcas distintas fonológicas, semânticas e sintáticas e que transformam, dessa maneira, as seqüências pré-terminais em indicadores sintagmáticos de base, complexos. Tais indicadores oferecem ao componente semântico a possibilidade de descobrir a interpretação semântica da frase, isto é, da estrutura pro-

funda. A esses indicadores sintagmáticos de base se aplicam uma série de regras de transformação, de maneira cíclica, que convertem as estruturas profundas obtidas, em estruturas superficiais. Essas estruturas superficiais conterão todos os elementos que permitam ao componente fonológico interpretá-las foneticamente (cf. Nivette, 1975:56).

Em se tratando do sujeito, para Chomsky, "a noção de sujeito", por oposição à "noção de" "sintagma nominal" (SN), designa não uma categoria gramatical e sim uma função gramatical. Tem-se então uma noção relacional.

Se tivermos uma frase como:

(37) "A sinceridade pode assustar o menino.

(Chomsky, 1978:147)

Nesta frase poderia haver uma sucessão de regras de reescrita, contidas no componente de base, como em:

(38) (i) $F \longrightarrow \text{SNAuxSN}$

$\text{SV} \longrightarrow \text{VSN}$

$\text{SN} \longrightarrow \text{DetN}$

$\text{SN} \longrightarrow \text{N}$

$\text{Det} \longrightarrow \text{O}$

$\text{Aux} \longrightarrow \text{M}$

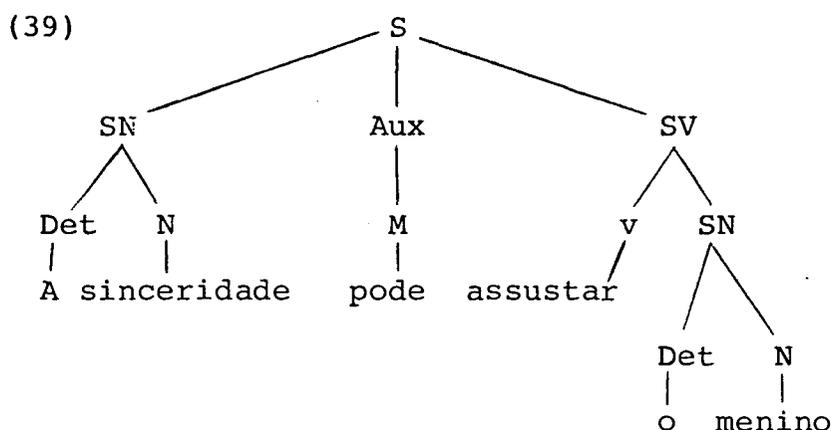
(ü) $\text{M} \longrightarrow \text{pode}$

$\text{N} \longrightarrow \text{sinceridade}$

$\text{N} \longrightarrow \text{Menino}$

$\text{V} \longrightarrow \text{assustar} \quad (\text{idem}, 152)$

e a mesma frase poderia ser representada por um diagrama em árvore, produzindo um indicador sintagmático, como em:



Em termos tradicionais "a sinceridade" é um SN que é sujeito da frase e o restante é o predicado. Para Chomsky, devem ser rigorosamente distinguidas, as noções funcionais "sujeito" e "predicado", das noções categoriais como "sintagma nominal" e "verbo", termos que usualmente são empregados um pelo outro. Confunde-se noções categoriais e noções funcionais, quando se atribui o estatuto de categoria a ambas e encobrin-do-se dessa forma a natureza relacional das noções funcionais. Isto acontece em frases como em (37) onde há só um sujeito, só um objeto e só um verbo principal.

Há também em Chomsky as regras de subcategorização, com traços sintáticos, que são relevantes para a subclassificação dos nomes e que se pode organizar o léxico, com entradas, como no exemplo:

- (40) (a) (sinceridade: [+ N, - Contável, + Abstrato])
 (b) (menino: [+ N, + contável, + Comum + Animado,
 + Humano])
 (c) (pode: [+ M])

(idem: 171)

Em se tratando da classificação dos verbos em verbo transi-tivo ou não-transitivo, são as regras de subcategori-

zação estrita que podem determinar isso. Em:

- (41) (i) $V \longrightarrow [+ V, + \text{ Transitivo}] / \text{--- SN}$
 (ii) $V \longrightarrow [+ V, - \text{ Transitivo}] / \text{---} \neq$

Adiciona-se os traços seccionais para indicar o tipo de sujeito SN e o Objeto SN exigidos pelo verbo. Tais regras seccionais tomam a forma de $[+ \underset{x}{\text{SN}} \text{---} \underset{y}{\text{SN}}]$, em que x e y são traços seccionais do sujeito e do objeto respectivamente.

No exemplo dado em (37), para o verbo "assustar", que é transitivo, as duas regras especificam o seguinte:

- (42) $V \longrightarrow [+ V, + \text{--- SN}]$
 $[+ V, + \text{--- SN}] \text{---} [+ \text{SN} \text{---} \text{SN}]$
 - hum. + hum.

Em exemplos como:

- (43) O soldado matou o jovem.

teríamos no exemplo o verbo transitivo "matar", e as duas regras especificando:

- (44) $V \longrightarrow [+ V, + \text{--- SN}]$
 $[+ V, + \text{--- SN}] \longrightarrow [\text{SN} \text{---} \text{SN}]$
 + hum. + hum.

e em:

- (45) O soldado viu o jovem.

teríamos:

- (46) $V \longrightarrow [+ V, + \text{--- SN}]$
 $[+ V, + \text{--- SN}] \longrightarrow [\text{SN} \text{---} \text{SN}]$
 + hum. + hum.

De acordo com a gramática tradicional, os verbos das frases (43) e (45) são considerados transitivos, pois a ação passa do agente para o paciente, sendo assim os sujeitos considerados como "agentes".

Assim como a gramática tradicional também a gramática transformacional não descreve devidamente o sujeito nesses verbos, pois, apesar de os verbos possuírem os mesmos traços seletivos, os sujeitos têm classificações diferentes, tendo em vista que o verbo matar exige um agente ver, não.

Reportando-nos a Lyons, o mesmo se refere a impropriedade da definição "nocional" de transitividade, e cita a observação feita por Robins: "a fragilidade de definições semânticas", ilustra-se com: "Eu firo você", em que ferir é sintaticamente um verbo transitivo, em que a ação é praticada pelo sujeito. Mas em "Eu ouço você", ouvir, está nas mesmas relações sintáticas com os dois pronomes e é considerado como verbo transitivo, embora, neste caso a ação, se é que há alguma referência a ação, é em sentido contrário (Lyons, 1979:370),

(47) Eu firo você.

(48) Eu ouço você.

(47) há uma ação por parte do sujeito, mas em (48) o mesmo não acontece, sendo "ouvir" um verbo que indica uma sensação e concomitantemente um processo, portanto não-agentivo.

Em se tratando de sujeito "gramatical" e "lógico", a distinção terminológica entre eles foi adotada por Chomsky quando propôs: "Tópico - Comentário é a relação gramatical de base da estrutura superficial, correspondendo à relação funda-

mental sujeito - predicado da estrutura profunda. Assim sendo, pode se definir o tópico - da frase como o SN mais à esquerda imediatamente dominado por S (sentença), na estrutura de superfície e o comentário - da frase como o resto da seqüência (1978:320, nota 32 ao cap. 2).

Muitas vezes o tópico e o sujeito podem ser coincidentes, conforme abordamos em 1.2., como também o tópico pode não ser identificado como "sujeito gramatical" da estrutura superficial. Vejamos no exemplo:

(49) Este filme milhões de pessoas o assistiram.

em que, o SN "este filme", nos termos propostos por Chomsky, seria o tópico - da frase, tanto na frase ativa como na passiva.

(50) Este filme foi assistido por milhões de pessoas.

mas, somente na frase passiva é que "este filme" é sujeito "gramatical".

Vimos, através dos exemplos arrolados que a gramática transformacional não dá conta de certas predicções, tendo em vista que desconsidera, nos verbos, a existência de quaisquer relações semânticas.

Para Chomsky (1965), portanto, noções funcionais como sujeito e predicado não devem ser confundidas com as noções categoriais sintagma nominal e verbo. Na análise binária, que é adotada por Chomsky, o sujeito é o SN diretamente "dominado" por (isto é, é um constituinte imediato de) S e o Objeto é o SN diretamente "dominado" pelo SV (in Chomsky 1965:68, 74, apud Lyons, 1976:114, 15).

1.5. Considerações Gerais

Neste capítulo, retomando a filosofia clássica grega encontramos a definição platônica de sujeito como agente e tópico, e em Aristóteles a categoria substância na posição de sujeito numa definição de tópico trazida para a gramática tradicional, mas num tratamento sintático.

Aristóteles deu à substância a posição de precedência às outras categorias tendo isto também sido associado à posição do sujeito, de precedência ao verbo, na gramática tradicional.

Além da posição de precedência, o sujeito também é considerado em termos de concordância. Em posição de precedência, quando associa-se à posição dada por Aristóteles à categoria substância, e de concordância, quando das orações transitivas em que aparecem dois sintagmas. Será sujeito o SN que anteceder e que concordar com o verbo, e objeto o SN que se contrapuser a esse sujeito.

No latim, segundo Câmara Jr. (1979:72), embora houvesse essa concordância verbal, a marca de sujeito estava diretamente na desinência do nominativo do substantivo. Assim independentemente da posição que ocupasse na frase, a palavra que estivesse no nominativo é que seria o sujeito. Como exemplo cita "puer vidit lupum" ou "vidit puer lupum", em que "puer" (menino), não importando a sua posição na frase seria o sujeito. O outro substantivo que se antepunha ao substantivo representativo do sujeito seria o objeto direto que sempre se encontrava no acusativo.

Se for levada em conta a afirmação de Camara Jr. (1964:

81), "a concordância verbal é só o que assinala em português um substantivo como sujeito", e se a relação sujeito e predicado "é um caso especial da relação determinado - determinante, que cria o sintagma" (op. cit., 1977:175), o traço posição torna-se desnecessário pois não deve haver nenhum problema para a identificação de um SN sujeito, mesmo que esteja posposto ao verbo.

Ainda nos referindo à posição, o que vem em primeiro lugar na oração é o que se quer dar destaque, é o que se quer que o ouvinte saiba primeiro. Esse termo que estiver em posição de precedência na frase é o tópico. Aparece na posição de sujeito, mas nem sempre é coincidente com o mesmo, como exemplificamos em (19) e retomamos:

(19) Amigos, eu tenho muitos.

Vimos que "amigos" não é o sujeito e sim o tópico e que o sujeito "eu" está contido no comentário.

Quanto ao critério "concordância", em estudos feitos por Decat (1983:19) tal critério deixa de ser um traço inerente para a identificação do sujeito, pois, segundo ela, a falta de concordância ocorre, tanto na língua oral, como na escrita, com mais frequência quando o sujeito está posposto. Exemplifica com:

(51) "Minhas gavetas não cabem mais nada". (p.21)

em que o SN "mais nada" será o sujeito de acordo com as nossas gramáticas, mas a concordância se dá com o elemento anteposto ao verbo "minhas gavetas" que é o tópico.

Quanto ao sujeito como agente, definido por Platão, e que segundo Lyons encontra-se nas orações transitivas e intrans-

sitivas (1979:360), vimos que é tratado inadequadamente na gramática tradicional, quando dos exemplos arrolados em 1.2, de onde retomamos o exemplo com o verbo amar.

(9) Carlota ama Joaquim.

cujo verbo não indica uma ação mas o conteúdo de uma experiência.

Ainda sobre o assunto, Decat (1983:22) refere que há SNS nas frases onde não se identifica a idéia de agente, mas de paciente e o verbo indica um processo e não uma ação. Exemplifica em:

(52) "As minhas canetas acabaram a tinta".

Chomsky, por sua vez, refere-se ao tópico e comentário na estrutura superficial em oposição ao sujeito/predicado da estrutura profunda. Segundo ele, o sujeito e tópico seriam coincidentes, o que na verdade nem sempre ocorre.

Face ao exposto, citaríamos Bolinger (1975:546, 47) quando sugere que as orações deveriam ser descritas em termos de sujeito e predicado de conformidade com a abordagem tradicional; em termos de tópico e comentário, numa abordagem que ele denomina psicológica; numa abordagem funcional que é característica da gramática sistêmica, da semântica gerativa, bem como da gramática de casos. Esta abordagem adota as classes funcionais por terem validade lingüística universal.

Com isto entendemos que, na verdade, seria mais completo se houvesse um ensino sintático-semântico-pragmático integrado do sujeito e predicado, mas o objetivo de nosso trabalho

é a integração do sintático e do semântico, destacando o pragmático quando se fizer necessário.

CAPÍTULO II

A GRAMÁTICA DE CASOS

2.1. Introdução

É com a proposta de Charles Fillmore em "The Case for Case" (1968), dentre outras, que se tem reações ao modelo gerativo - transformacional.

Nesse trabalho, Fillmore insurgiu-se contra a estrutura profunda sintática que era proposta por Chomsky em "Aspects of the Theory of Syntax" (1965), por entender que a mesma constituiria "um nível intermediário artificial entre a estrutura profunda semântica" empiricamente determinável e a estrutura superficial observável. Mais tarde, em 1971, o autor esclareceu que, ao propor os casos da estrutura profunda (EP), tinha esperança de que "sua existência pudesse ser comprovada e justificada por critérios sintáticos e que sua presença nas representações subjacentes das orações tivesse o efeito de reduzir o papel do componente de interpretação semântica de uma gramática" (Silva, 1978:61). Não era sua intenção com isso, eliminar por completo as estruturas profundas, mas que houves-

se um nível de estrutura que fosse mais profunda que o então proposto na teoria dominante.

Fillmore defendia a tese de que as noções de sujeito e objeto não são funções a nível da estrutura profunda. Dever-se-ia neste nível reconhecer valores semânticos ou "casos" como agente, instrumento, origem, lugar e tempo. Tais "casos", são os sintagmas nominais que são exigidos pelo verbo e que juntos formam a frase, a que ele denomina proposição.

No presente capítulo faremos uma pequena exposição da teoria apresentada por Fillmore em "Toward a Modern Theory of Case" (1969) cujo original é de 1966, em seu artigo "The Case for Case" (1968) e no modelo apresentado em 1971. Exporemos também o modelo de Chafe (1970), bem como o de Walter Cook (1970-1978). Este último servirá de embasamento para o presente trabalho.

2.2. Modelo de Fillmore

2.2.1. Fillmore 66

Um ano após a publicação de "Aspectos" (1965) de Noam Chomsky, Fillmore apresenta um sistema de descrição lingüística em seu artigo "Toward a Modern Theory of Case", onde as categorias de base são muito diferentes das de base sintagmática.

Para sintetizar em que consiste o essencial no seu modelo de gramática, usaremos duas séries de exemplos:

(53) a) João deu um golpe em Paulo.

b) João recebeu um golpe de Paulo.

(54) a) O açúcar carameliza.

b) Maria carameliza o açúcar.

Vimos que em (53a e b) há duas situações diferentes: "João" não exerce o mesmo papel; em (54a e b) as situações são idênticas; o "açúcar", exerce o mesmo papel. Na gramática tradicional e na transformacional, "João" em (53) será o sujeito em (a e b) e em (54) "o açúcar" será o sujeito em (a) e o objeto em (b).

Com sua proposta, Fillmore quer demonstrar que "João" não exerce o mesmo papel nas duas frases pois, em (53 a) João fez alguma coisa e em (53 b), ele não fez nada, mas recebeu uma ação, a de Paulo. Em (54a e b) "o açúcar" exerce o mesmo papel, o que não é considerado pelas gramáticas anteriormente citadas. Em virtude disto, Fillmore propõe a análise das frases:

(53) a) João / deu / um golpe / em Paulo.

b) João / recebeu / um golpe / de Paulo.

(54) a) O açúcar / carameliza.

b) Maria / carameliza / o açúcar.¹⁶

onde em (53a) João é o agente (A); em (53b) é dativo (D), o que experienciou o golpe.

Assim sendo, Fillmore postula a idéia de que as frases de superfície, isto é, da estrutura superficial (ES), resultam de diversas transformações a partir de uma estrutura profunda, que é a mais explicitamente constituída de elementos que determinam seus sentidos, e que é neste nível (EP) que devem aparecer os diferentes papéis exercidos por "João" e os mesmos papéis de "o açúcar". E, ao contrário, as noções de sujeito e objeto, não devem aparecer na estrutura profunda pois não cor-

¹⁶ (A) agente = o que pratica a ação
 (D) dativo = é o experienciador
 (O) objetivo = é o objeto (semântico).

ve ser também especificado pela gramática. Desta maneira, a maior parte das gramáticas transformacionais introduzem diretamente as etiquetas de lugar e tempo dentro das regras sintagmáticas como $P \rightarrow SN + SV$ (lugar) (tempo).

Vê-se que, ao mesmo tempo, a regra compreende etiquetas que marcam a categoria (SN, SV) dos sintagmas e as que marcam a função dos sintagmas (lugar, tempo), havendo assim uma mistura de noções. Dada a impossibilidade de uma definição configuracional desses sintagmas preposicionais, deduz-se que o tipo de definição proposta por Chomsky não se pode aplicar em toda parte.

Quanto às noções de sujeito e objeto, são bem definidas pelas posições de seus SNs na árvore. Mas tais árvores dão a mesma função a "João" em (53) e funções diferentes a "o açúcar" em (54). A idéia de Fillmore é de que as noções gramaticais sujeito, objeto, etc. devem ser noções da estrutura superficial, enquanto que na estrutura profunda constarão as noções casuais. Nos exemplos (53) João, portanto, será o agente na frase (53a) e Dativo (53b). Em (54) "o açúcar", tanto em a quanto em b será Objeto.

Face ao exposto, pode-se perceber a divergência existente entre Chomsky e Fillmore no que se refere à estrutura profunda (EP). Pela teoria-padrão, é na EP que estão os fatos semânticos, mas dando conta apenas das funções lógicas dos sintagmas nominais em relação com seus verbos. Para Fillmore, a função semântica dos sintagmas nominais é informada na própria estrutura subjacente ou profunda, onde todas as relações sintáticas, cujas funções semânticas lhes pertencam, são representadas através das etiquetas casuais (Viviani, 1987:76).

2.2.2. Fillmore 68

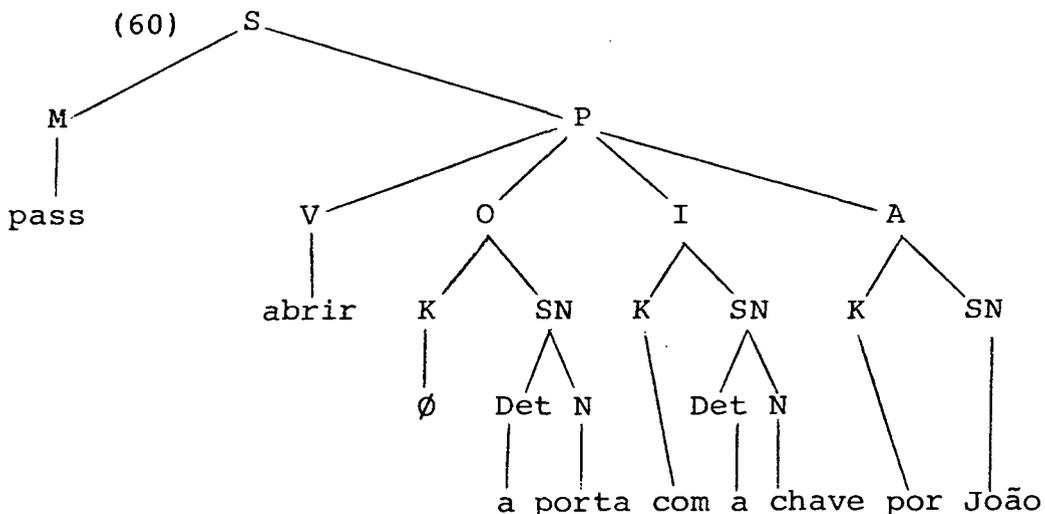
Em seu trabalho "The Case for Case" (1968), Fillmore propõe uma "reintrodução da interpretação da estrutura conceitual dos sistemas casuais", mas com uma nítida compreensão de diferença entre a estrutura profunda e a estrutura superficial. Na estrutura básica de uma sentença encontramos o que compreende o conteúdo proposicional, um conjunto de relações atemporais, que inclui verbos e substantivos (e sentenças encaixadas se houver), separado, do que se chama constituinte de "modalidade".

Na proposição como um todo, nessas modalidades estariam incluídas a negação, o tempo, o modo e o aspecto. A proposição, em sua estrutura subjacente, consiste de um verbo e um ou mais sintagmas nominais, cada um associado ao verbo numa determinada relação de caso.

Podemos, através de exemplos, demonstrar a representação proposta por Fillmore:

(58) João abriu a porta com a chave.

(59) A chave abre a porta.



É muito importante que se observe que nenhum desses casos deve ser interpretado como correspondente a sujeito, objeto na estrutura de superfície.

Fillmore estabeleceu que A (agente) e D (dativo) na atividade dos verbos associados são participantes "animados", e sugere que os verbos sejam selecionados de acordo com os ambientes de casos que a sentença fornece. Por exemplo, o verbo correr pode ser inserido no esquema [— A], dar em [— O + D + A]. Nas entradas lexicais para verbos, as informações abreviadas denominadas "esquemas casuais" é que vão indicar o conjunto desses esquemas casuais nos quais vão ser inseridos os verbos dados. Tais esquemas é que impõem uma classificação de verbos na língua. Devido à variedade dos ambientes de casos possíveis dentro da proposição e também porque diversos verbos podem ocorrer em mais de um ambiente de caso distinto, a classificação é um tanto complexa. Tomemos como exemplo o verbo abrir que ocorrerá em:

(66) A porta abriu. [— O]

(61) João abriu a porta. [— O + A]

(62) O vento abriu a porta. [— O + I]

(58) João abriu a porta com a chave. [— O + I + A]

Resumidamente pode-se representar o esquema casual para abrir + [— O (I) (A)].

Deste modo, abrir, pode ser inserido dentro de uma estrutura profunda que contém um O, e em que o A e o I são facultativos. Pode-se notar, pelos exemplos, a hierarquia do sujeito; se há um A ele será o sujeito, se não, será o I, e assim por diante, como nos referimos anteriormente.

Fillmore também propôs a relação entre verbos morfologicamente semelhantes e morfologicamente diferentes.

Dentro dos morfologicamente semelhantes vamos ter o esquema casual compactado como o esquema exemplificado em (68), pelo apagamento do O em exemplos como:

(67) $\overset{A}{\text{Mam\~{a}e}}$ / $\overset{O}{\text{est\~{a} cozinhando}}$ / $\overset{O}{\text{batatas}}$ (vt).

(68) $\overset{A}{\text{Mam\~{a}e}}$ / $\overset{O}{\text{est\~{a} cozinhando}}$. (O) (vi)

Temos a obrigatoriedade do O mas o mesmo est\~{a} apagado em (68).

O exemplo de cozinhar demonstra que n\~{a}o \u00e9 necess\~{a}rio que o l\u00e9xico contenha tantas ocorr\u00eancias de entradas sem\~{a}nticas quanto seria necess\~{a}rio em uma gram\~{a}tica do tipo sujeito/objeto.

Quanto a alguns verbos morfologicamente diferentes e semanticamente semelhantes, podemos exemplificar com os verbos gostar e agradar que Fillmore considera sin\~{o}nimos. Diz que tais verbos t\~{e}m o mesmo esquema de tra\u00e7os + [$\text{--- O} + \text{D}$], diferenciando apenas nos tra\u00e7os de sele\u00e7\~{a}o de sujeito.

(69) $\overset{D}{\text{Eu}}$ / $\overset{O}{\text{gosto}}$ / $\overset{O}{\text{de Maria}}$

(70) $\overset{O}{\text{Maria}}$ / $\overset{D}{\text{agrada}}$ / $\overset{D}{\text{a mim}}$

O autor considera tamb\u00e9m estarem relacionados os verbos matar e morrer, quanto aos esquemas casuais, por\u00e9m os tra\u00e7os de sele\u00e7\~{a}o de sujeito s\~{a}o diferentes. O verbo matar exige obrigatoriamente o A e facultativamente o I. Assim temos:

Matar + [$\text{--- D} + (\text{I}) + \text{A}$]

Morrer + [--- D]¹⁵

(71) $\overset{A}{\text{Paulo}}$ / $\overset{D}{\text{matou}}$ / $\overset{D}{\text{Jo\~{a}o}}$

¹⁸ Em 1966 morrer foi classificado como + [--- O] em 1968 e re-analisado como D. Mais adiante, Cook vai optar pela an\~{a}lise de 1966.

D
(72) João / morreu.

Em que João em (71) e (72) corresponde ao mesmo caso (D) nas diferentes posições. Em matar vamos ter um sujeito agente (A) e em morrer um sujeito dativo (D).

Quanto à classificação dos verbos, Fillmore adota a classificação dada por Lakoff (1966) de verbos "de estado" e de "verbos de não-estado (ação)".

Para detectá-los usa os testes:

Estado: - imperativo
 - progressivo

com

(73) João é alto.

que não pode ser imperativizado, como: "Seja alto!, bem como não se pode usá-lo na forma progressiva "João está sendo alto".

Não - estado: + imperativo
 (ação) + progressivo

como em:

(74) Você é generoso.

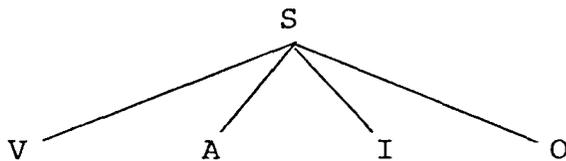
que imperativizando, teremos: Seja generoso!
a na forma progressiva: Você está sendo generoso.

Com a adoção da classificação dos verbos baseados em Lakoff, Fillmore detecta apenas os verbos de "estado" e "ação", não concebendo os verbos processuais.

2.2.3. Fillmore 71

Reverendo seus trabalhos, Fillmore (1971) em seu artigo "Some Problems for Case Grammar" faz algumas alterações ao seu modelo proposto em 1968.

Em 71, Fillmore, na estrutura profunda, elimina o constituinte modalidade, permanecendo somente o constituinte proposição. Agora, os casos são ordenados da esquerda para a direita (VSO) e há a eliminação dos marcadores casuais (K - as preposições) na estrutura profunda; os casos são dominados diretamente pelo SN. O diagrama em árvore seria representado:



Os casos são ordenados conforme o processo de seleção do sujeito; o caso mais alto, o Agente, é colocado próximo ao verbo, seguido dos outros casos.

Lista neste modelo, os seguintes casos em ordem hierárquica: Agentivo (A), Experienciador (E), Instrumental (I), Objetivo (Ob), Origem (Or), Meta (M), Locativo (L), Temporal (T) e Benefactivo (B).

Neste modelo, o caso Dativo (1968) foi redistribuído em outros casos: o Experienciador com verbo de um evento psicológico ou estado mental; Objeto, com os verbos não psicológicos indicando mudanças de estado (como a morte, o crescimento) e Meta, com verbos que denotam posse, ganho ou perda de propriedade (Langages, 38:70).

Em 1968:

(74) João / ^Dgostou / ^{Ob}do filme.

(72) João / ^Dmorreu.

(75) João / ^Dganhou / ^{Ob}um carro.

em 1971

João / ^Egostou / do filme.

João / ^{Ob}morreu.

João / ^Mganhou / um carro.

Quanto ao caso Instrumental (I), engloba, tanto as forças naturais como o evento, o trovão, etc.; como o estímulo de uma experiência psicológica, quando tratar-se de sujeitos de verbos como, agradar, assustar, etc, como em:

(75) O filme / ^Iagradou / a João.

Com esta redefinição, perdeu-se a relação semântica entre alguns verbos como por exemplo, gostar e agradar, em que "do filme" e "o filme", em 1968, seriam considerados o mesmo caso O¹⁹ independente da posição que ocupassem na frase. Exemplificando:

(74) João / ^Dgostou / ^Odo filme.

(75) O filme / ^Oagradou / ^Da João.

Em 1971, "do filme" é o caso Ob e "o filme" é o caso I perdendo-se assim a correspondência semântica existente entre ambos os termos:

¹⁹O caso O de 1968 é o mesmo Ob de 1971.

é identificada pelo predicado; vai especificar também o estágio posterior com verbos de transformação; com verbos de movimento vai especificar o destino e com verbos de referência temporal, o ponto final de um período de tempo" (Carvalho, 1983: 26).

- (79) Eles deram aquelas frutas para nós.
- (80) Eu escrevi o poema.
- (81) A moça transformou-se em uma víbora.
- (82) Eu viajo para Curitiba.
- (83) Você conversou das 7 às 9 horas.

Podemos verificar que na sentença (80) o caso Meta absorveu o antigo Factitivo, que neste modelo foi eliminado.

O caso Locativo (L) é o lugar ou a localização de um dado objeto ou acontecimento. Tendo em vista que Or e M dão conta dos locativos direcionais e dos locativos abstratos, o L é limitado aos locativos estáticos. Pode este caso também ser modal quando for um complemento opcional de um predicador (Fillmore, 1971:49).

- L
- (84) Florianópolis / é ventosa.

O caso Temporal (T) é o tempo de um acontecimento. Devido ao fato de Or e M darem conta do começo e fim de um período de tempo, o T é limitado a pontos no tempo.

O Benefactivo (B) foi considerado por Fillmore como um caso possível; é o beneficiário de uma atividade e é um caso modal que ocorre em sentenças com Agente (A) (idem: 52).

O Experienciador (E) é o caso que foi introduzido neste modelo: é o Experienciador com verbos que denotam um evento

mântica.

Vemos que "Marcos" em (87) é tanto o Agente (A) (que toma a iniciativa da transação) quanto Meta (M) (indicando que a moto, passou de Rubens para Marcos); é Meta também em (87) e (88); em (88) "Rubens" é ao mesmo tempo o Agente (como iniciador da ação) e Origem (Or) (por que a moto passa de posse de Rubens para Marcos; é Origem também em (87) e (88). Há, portanto, uma correferência entre os casos.

Gostaríamos de observar que não se pode confundir os casos correferenciais com reflexivização, como em:

A Ob
(89) O réu / matou-se.

estando evidente que não há correferência semântica.

Neste modelo ainda temos os papéis dos casos lexicalizados (também não-manifestos) que não aparecem na estrutura superficial porquanto estão lexicalizados no verbo. Podem ocorrer com o verbo enjaular cujo esquema casual é +[— O, A, *L]²¹ / L = lex., em frase como:

A Ob
(90) O domador / enjaulou / o leão.

colocou na jaula

L - lex.

e também com o verbo gratificar cujo esquema casual é + [— A, B, *O] / O = lex., em:

²¹O asterisco refere-se ao caso que está lexicalizado.

2.3. O Modelo de Chafe

Apesar de ter tido uma formação fortemente estruturalista em Yale, Wallace Chafe ao ministrar aulas de lingüística em Berkeley, sentiu-se compelido a procurar um modelo coerente de estrutura da língua, primeiro considerando-a "como um sistema que liga significado e som, e segundo, tentando identificar certas relações nome-verbo como sendo formadoras da espinha dorsal da estrutura semântica" (1979:10).

A princípio, Chafe entendia que a noção Chomskyana de estrutura sintagmática parecia-lhe ser "uma caricatura do modelo de constituintes imediatos". Mais tarde, começou a sentir numerosas vantagens no modelo chomskyano. A visão chomskyana o influenciou de maneira mais específica, no reconhecimento de transformações, isto é, na disparidade entre a estrutura profunda e a estrutura superficial. Chafe não via qualquer razão para identificar a estrutura profunda com qualquer outra que não fosse a estrutura semântica. Para ele, estava claro que as estruturas semânticas eram muito diferentes das estruturas superficiais correspondentes. Começou a ver a estrutura semântica como um pequeno conjunto de relações como as de agente, paciente, beneficiário e outros, transmitidas por um nome ao seu verbo, elemento central.

Segundo ele, estimulado pelo trabalho de Fillmore (1968), começou cuidadosamente a procurar relações que tivessem verdadeira importância semântica e que não necessariamente estivessem presas a determinadas construções superficiais.

Um outro fator importante quanto ao seu modo de considerar a língua, foi perceber que há uma distinção fundamental, que é essencialmente semântica, mas com consequência pós-semânticas entre os elementos da oração que fornecem a informação nova e a informação velha.

Para Chafe a distinção entre informação nova e velha²² é o fenômeno principal que subjaz às discussões sobre o que se chama "tópico" e "comentário", ou "tema" e "rema"²³ e que de forma bem limitada tal distinção também se reflete nos termos sujeito e predicado. Os termos sujeito e predicado referem-se mais propriamente à estrutura superficial, não à estrutura semântica. Mas para ele há uma correlação entre informação velha²⁴ na estrutura semântica e sujeito na estrutura superficial.

Mais tarde, muitas de suas idéias mudaram consideravelmente quando ele percebe o grande hiato que separa significado e som, bem como a distância entre a estrutura semântica e a estrutura superficial. Assim sendo, ele vai gradualmente introduzir os tipos de transformação mais importantes, formando por etapas um quadro da complexidade toda que existe, e assim chegar a "uma compreensão da variedade de fatores que entram no esquema da

²² O termo que designa a entidade semântica cujo significado Chafe descreve como "informação nova" e "novo", é uma especificação que pode ser acrescentada não a um todo, um verbo ou um nome, mas a uma unidade semântica específica dentro de um verbo ou um nome. "Informação velha" tem-se em vista que o conceito já é familiar para o ouvinte" (cf. Chafe 1979:220, 22).

²³ Halliday (1967, 68) considera que tema e rema constituem um parâmetro separado de informação nova e velha. (cf. Chafe 1979:220 - nota 2 de rodapé).

²⁴ Não abordaremos a fundo este assunto por não ser o objeto de nosso estudo.

língua como ela existe atualmente" (idem, 1979:18).

Chafe considera que "é o verbo que dita a presença e a natureza do nome, e não vice-versa" (1979:97). Já Fillmore tem uma posição contrária, pois para determinar os casos parte do nome e não do verbo. Em Chafe, na estrutura semântica, o verbo como elemento central virá acompanhado de um ou mais nomes, cada um tendo uma relação semântica particular com o mesmo; o verbo é central e os nomes são periféricos.

Não há em Chafe nóculo superior pois, segundo ele, não há necessidade de haver um símbolo independente O (oração) ou S (sentença) como ponto de partida para gerar orações: "o verbo é o único ponto de partida de que precisamos" (idem: 98).

Temos ainda neste modelo a ausência do constituinte modalidade, a ordenação dos casos da direita para a esquerda (VOS) como em Fillmore 71, bem como a ausência das preposições na estrutura profunda (EP). A EP é gerada de um V (verbo) como símbolo inicial e através de regras de formação semântica, abordadas a partir do exemplo (94).

- 1) regras que desenvolvem V (verbo) pelo acréscimo de unidades semânticas. Temos: a) a unidade seletional (como ação); b) a unidade lexical (comprar), e c) a unidade flexional (passado);
- 2) regras que acrescentam N (nomes) ao verbo (V): para cada unidade seletional é acrescentado um caso (A = ação; B = beneficiário; ...);
- 3) regras que desenvolvem N, pelo acréscimo de traços semânticos. Pelo exemplo apresentado temos a) unidades seletionais (como contável potente, animado, por exemplo), b) unidades lexicais (João, Marcos) e c) unidades flexionais.

A estrutura sintática ficaria assim:

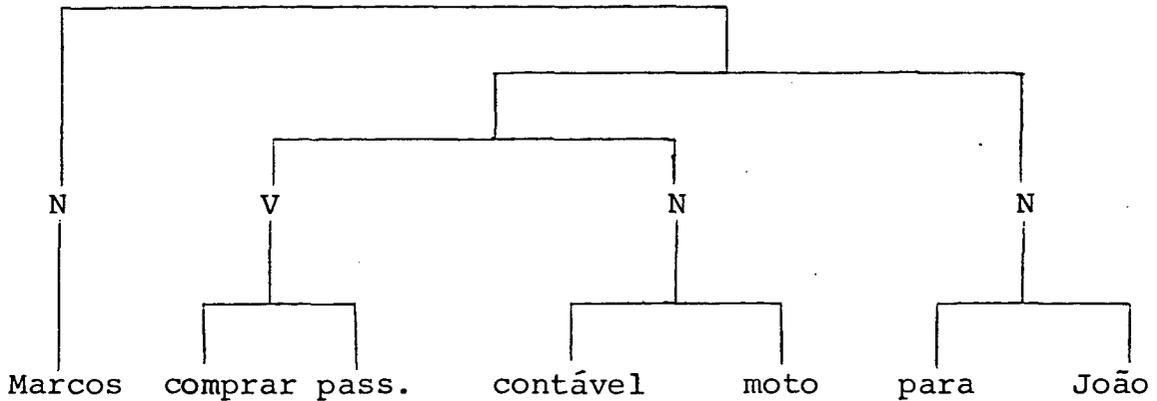


Figura 3

Quanto à lista de casos, Chafe propôs Agente, Experimentador, Beneficiário, Instrumento, Paciente, Comportamento e Locação.

As relações Agente e Paciente, segundo ele, desempenham um papel mais fundamental do que quaisquer outras na estrutura semântica (EP), cujo papel "se vincula à especificação básica de um verbo como estado, processo, ação ou ação-processo" (p.148).

Agente: especifica "algo que realiza uma ação" (p.100). É detectado o agente através da resposta à pergunta "Que fez N?" em que N é algum nome. Nomes animados, nomes potentes inanimados como vento, calor, etc. e inanimados com potência derivada como pedra, são agentes. Exemplificamos em:

(95) Joana cantou.

a) O que Joana fez?

b) Ela cantou.

(96) A pedra quebrou a janela.

(62) O vento abriu a porta.

Paciente: este caso é exigido por verbos de estado e processuais. Com verbos de estado "o paciente especifica o que está no estado" (idem: 98) e com os processuais indica uma mudança de estado ou condição. É através da pergunta "O que aconteceu a N? em que N é o nome pelo qual se destaca o caso paciente. Como exemplo, retomamos:

(72) João morreu.

a) O que aconteceu ao João?

b) Ele morreu.

Ele admite que ao apresentar as outras relações, as mesmas podem postular novas especializações de verbos. Essas relações são os "casos" como:

Experimentador: em um exemplo como:

(97) José soube o caminho.

Embora "José" pareça o agente, o instigador de uma ação (como Fillmore propunha), ele não é alguém que faz algo e sim alguém que "experencia" algo, alguém que mentalmente estava disposto a conhecer o caminho, sendo portanto o experienciador. O verbo saber é um verbo de estado e não ocorre progressivamente (José estava sabendo o caminho). "O caminho" é um nome - paciente, especificando o objeto que é conhecido. Este caso é semelhante ao Dativo de Fillmore, incluindo as relações semânticas de sensação, emoção e cognição, mas exclui posse e transferência de propriedade (cf. Nicolacópulos, 1981:34).

Beneficiário: é o caso que especifica aquele que se beneficia por qualquer coisa comunicada pelo restante da oração. Ocorre com os verbos de estados, processos e ações-processos. No exemplo:

(98) José tem os bilhetes.

Pode-se observar que "os bilhetes" estão na posse transitória de José. Em:

(99) José tem um conversível.

há uma posse não-transitória, pois presume-se que "conversíveis" permaneçam por mais tempo na posse de alguém. Em:

(100) José possui um conversível.

o conversível é uma propriedade privada de José. Chafe refere que, apesar de ser pequena a distinção entre posse não transitória e propriedade privada, o que a determina é uma diferença na natureza dos pacientes: bilhetes e conversíveis (cf. Chafe, 1979:153).

Instrumento: em Fillmore (68), o caso Instrumental era considerado a força ou objeto "casualmente envolvidos" (inanimado). Em um exemplo como:

(101) José abriu a porta com a chave.

para Chafe em "com a chave" não é a força, a causa ou o instigador, apesar de desencadear um processo - "é um subsidiário para o agente - algo que o agente usa" (idem: 157). Ele considera o "instrumento" como uma das relações "possíveis" entre nome e verbo e o considera facultativo, o que parece

significar "modal", embora ele não se refira a isso. Na frase acima, "José" é o agente (agente da ação) e "com a chave" é o instrumento que muda a condição da porta - de fechada para aberta (processo).

Complemento: "é típico de casos desta espécie, segundo Chafe, que o verbo implique em uma ação que faça com que algo passe a existir; uma ação que crie algo" (ibidem: 162). Em exemplos como:

(102) Maria cantou uma canção.

(103) José correu uma corrida.

nas duas orações o verbo descreveu uma ação que implica na coexistência de certo conceito nominal. Cantar implica em uma canção, correr implica em uma corrida. Esse nome em causa, especifica o que é criado (semelhante ao caso factitivo de Fillmore), a interpretação de uma canção, a realização de uma corrida. Assim sendo, o verbo é completável e o nome, complemento. Um nome complemento não especifica algo que está em um estado ou que muda de estado; ele completa ou especifica mais estritamente o significado do verbo.

Há também os verbos completáveis de estado como medir, pesar, custar, etc. Por exemplo, em:

(104) José pesa 70 quilos.

(105) A mesa mede 2 metros.

Lugar: um verbo especificado como locativo é acompanhado de um nome que mantém com ele uma relação de lugar. Segundo Chafe, "apenas verbos de estado podem ser especificados como locativos, mas os de processo e ação podem ser converti-

dos por derivação em raízes verbais locativas" (ibidem: 167).

(106) A moto está na sala. (estado)

(107) Eu caí da cadeira. (processo)

(108) Eu sentei-me na cadeira. (ação)

(109) Eu atirei o lápis dentro da sala. (ação-processo)

Quanto aos tipos de verbos especificados por Chafe, temos os verbos de estado, processos, ações e ações-processo.

Para detectá-los com maior segurança, usa testes como em:

(110) a) José correu.

b) O que é que José fez?

c) Ele correu.

há uma ação, um acontecimento agentivo, em:

(111) A madeira secou.

não caberia a pergunta acima mas, "o que aconteceu à madeira?" - ela secou; detecta-se aqui um processo, um acontecimento, não-agentivo. Em:

(112) A madeira está seca.

indica um estado, um não-acontecimento. Já em:

(113) José secou a madeira.

vamos detectar ação com: "o que é que José fez?" - Ele secou a madeira; um processo com: "o que aconteceu à madeira?" - ela secou. Temos aqui uma ação-processo. Esses tipos de verbos são acompanhados de nomes pacientes ou agentes.

Há também o que Chafe denomina Ambiente, quando não precisa estar presente nenhum nome, em exemplos como:

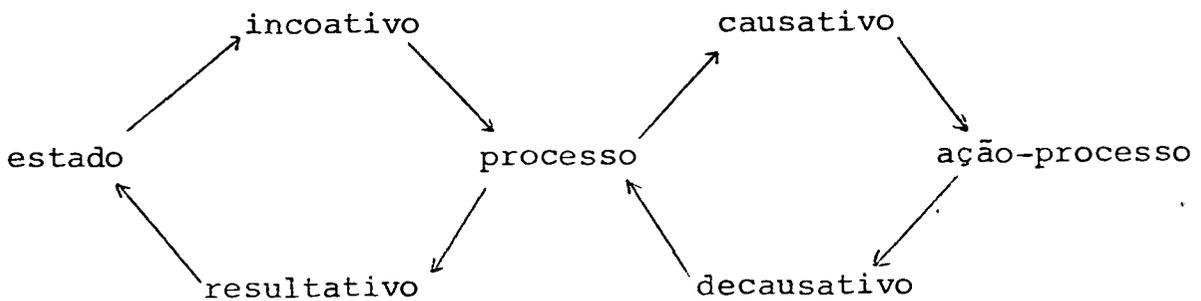
(114) É tarde.

(115) Está chovendo.

Aqui o verbo cobre o ambiente total e não faz referência a nenhuma coisa em particular dentro do ambiente. Em "É tarde", o verbo especifica um estado e em "Está chovendo", uma ação, sem indicar nenhum agente. Assim sendo, um verbo pode ser especificado como "ambiente", se indicar estado ou ação, mas não se for processo (ibidem: 102).

Podemos observar que a grande riqueza no modelo de Chafe é o acréscimo dos verbos processuais, o que até então não havia sido mencionado na gramática de casos.

A relação entre verbos, é proposta por Chafe, através de regras derivacionais, por um sistema bi-direcional (1979:134).



Podemos exemplificar:

estado + incoativo = processo: SECO/SECAR, vi

processo + resultativo = estado: QUEBRAR, vi/QUEBRADO

processo + causativo = ação: QUEBRAR, vi/QUEBRAR, vt.

ação-processo + decausativo = processo: CORTAR, vt/CORTAR, vi

As regras derivacionais seriam as seguintes (apud Viviani, 1987:112):

1. Se houver duas formas de estado / não-estado relacionadas, a forma intrínseca ou básica é a que for morfologicamente mais simples:

quebrado / quebrar, vi (mais simples)

seco (mais simples) / secar, vi

2. Se houver duas formas adjetivas, em que uma é adjetivo e a outra um particípio passado, o adjetivo é a forma básica:

quente / esquentado

3. Se houver duas formas que sejam processo / ação, o processo será básico, quando for um intransitivo puro, verdadeiro:

secar, vi / secar, vt

4. Se houver duas formas processo/ação, a ação será básica quando o processo for pseudo-intransitivo, isto é, quando ocorrer com um advérbio de modo: A navalha corta bem.

Esse sistema proposto por Chafe, considera a relação entre verbos, morfológica e sintática, quando deveria ser considerada uma relação semântica.

2.4. O modelo de Cook

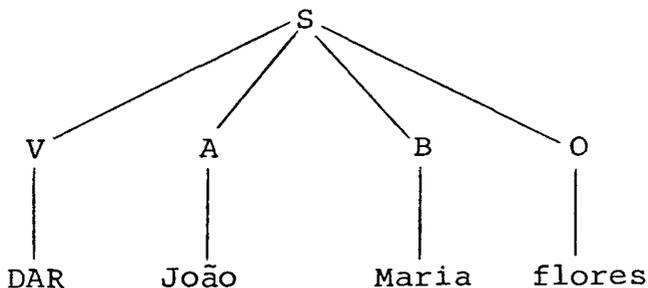
Cook, sentindo que nenhum dos modelos propostos até então em Gramática de Casos pareciam responder a uma série de questionamentos adequadamente, resolveu elaborar um modelo que incorporasse as melhores características dos modelos de Fillmore (1968-71), de Chafe (1970) e Anderson (1971).

Através de uma série de artigos publicados no "Georgetown University Working Papers on Languages and Linguistics" propõe um modelo matriz em gramática de casos. Sua proposta é de um modelo não-localista, que tem por princípio a centralidade do verbo, bem como da semântica. A estrutura profunda neste modelo consiste em um S (proposição) dominando um V (predicado) e um, dois ou três SNs (argumentos), como era representado na semântica gerativa.

Diferindo da semântica gerativa, os SNs são substituídos por "casos", os quais são organizados na estrutura, numa seleção de argumentos, obedecendo a uma hierarquia de escolha do sujeito. Exemplificando, teríamos os três nomes da sentença abaixo, numa relação de dependência com o verbo DAR:

(116) João deu flores para Maria.

que poderíamos representar em um diagrama em árvore:



Sendo o verbo o elemento central que vai determinar o número e a natureza dos "casos" que o acompanham, o S serve apenas de suporte para agrupar, em uma única estrutura, os verbos e os casos que ele requer.

A estrutura profunda de (116) tem o esquema casual dar + [—A,B,O] muito semelhante à da semântica gerativa. Tal estrutura é substancialmente a que foi proposta por Fillmore (1970).

Neste modelo de Cook não há preposições na estrutura profunda, e os casos são ordenados da esquerda para a direita, ficando o caso hierarquicamente superior, próximo ao verbo.

Apesar de seu modelo concentrar-se no conteúdo proposicional da sentença, elementos modais e performativos podem ser acrescentados na estrutura semântica, para dar conta do significado total da sentença. Além disso, o verbo, como elemento central, pode ser decomposto em predicados atômicos. Como exemplo, teríamos o verbo DAR + [—A,B,O] que poderia ser representado como CAUSA (A, ACONTECER (TER, (B, O))).

Através de regras, uma estrutura superficial pode ser derivada de uma estrutura semântica que tenha elementos posicionais e modais.

Enquanto na gramática tradicional o termo "caso" refere-se às formas casuais na estrutura superficial, na gramática de casos esse termo refere-se a papéis, relações semânticas da estrutura profunda, independente dos termos como sujeito/objeto, que são relações gramaticais existentes na estrutura superficial.

Cook lista os casos proposicionais conforme os recomendados por Fillmore (1975:5), casos exigidos pela valência semântica do verbo, cuja lista casual deve ser: a) em número reduzido, b) adequada à classificação dos verbos na língua e c) universal (para todas as línguas).

De acordo com Chafe (1970), cada caso é marcado pelo traço semântico de sua relação particular com o verbo. A importância desse traço semântico é a valência semântica verbal. Tal valência semântica é que vai determinar quantos e que tipos de casos podem ocorrer com determinados verbos.

Ainda neste modelo de Cook, cada esquema de caso consiste a) de um verbo e um, dois ou três argumentos, b) cada caso ocorrerá somente uma vez, exceto o O, que é obrigatório, c) os casos são listados da esquerda para a direita obedecendo a escolha hierárquica do sujeito, d) os casos E (Experienciador) B (Benefactivo) e L (Locativo), são mutuamente excludentes.

Assim, os cinco casos proposicionais são definidos segundo os traços verbais e são eles:

Agente (A): é o caso exigido por um verbo de ação. Apesar de ser tipicamente animado, a noção de agente estende-se às forças naturais, e até a objetos inanimados (Nicolacópulos, 1981:110).

Experienciador (E): é o caso específico de um verbo de experiência e é a "experiência de um evento psicológico de sensação, emoção e cognição" (Cook, 1979:99) e aplica-se também à pessoa experienciando uma comunicação.

Benefactivo (B): é o caso típico dos verbos benefactivos; expressa o possuidor de um objeto, o ganho ou perda não-

agentiva na transferência de propriedade.

Objeto (O): é o caso obrigatório (Gruber, 1976:38; Anderson, 1971:37) encontrado em todos os verbos. É o principal tema neutro do estado, processo e ação descritos pelo verbo.

Locativo (L): é o caso requerido por um verbo locativo. Restringe-se à locação física e inclui os locativos direcionais e estáticos.

Há também os casos modais (opcionais), não exigidos pelo verbo. São eles: Tempo, Instrumento, Modo, Causa, Propósito, Resultado, Locativo exterior e Benefactivo exterior.

Quanto aos tipos de verbos, Cook os classifica em estados, processos e ações, utilizando os testes usados por Lakoff (1966), Fillmore (1968) e mencionados por Chafe (1970). Acrescenta a estes, aquele que vai detectar verbos processuais tendo em vista que nem Lakoff, nem Fillmore se referem a tais verbos. Os referidos testes já os exemplificamos em 2.2.2, (Fillmore, 68, p.39, 40) aos que acrescentamos aquele que vai detectar os verbos processuais. Teríamos:

Processo: - imperativo
+ progressivo

- (117) a) O homem morreu.
b) O homem está morrendo (processo)
c) ? Morra, homem!²⁵

Conforme o esquema casual, os verbos são classificados em verbos básicos, de experiência, benefactivos e locativos. Cook coloca-os em uma matriz, conforme figura a seguir:

²⁵ A interrogação antecedendo a frase indica que a mesma é agramatical.

TIPOS DE VERBOS	VERBOS BÁSICOS	EXPERENCIAL	BENEFACTIVO	LOCATIVO
1. ESTADO	Oe ser alto	E, Oe gostar	B, Oe ter	Oe, L estar
2. PROCESSO	O morrer	E, O apreciar	B, O adquirir	O, L mover, vi
3. AÇÃO	A, O matar	A, E, O falar	A, B, O dar	A, O, L colocar

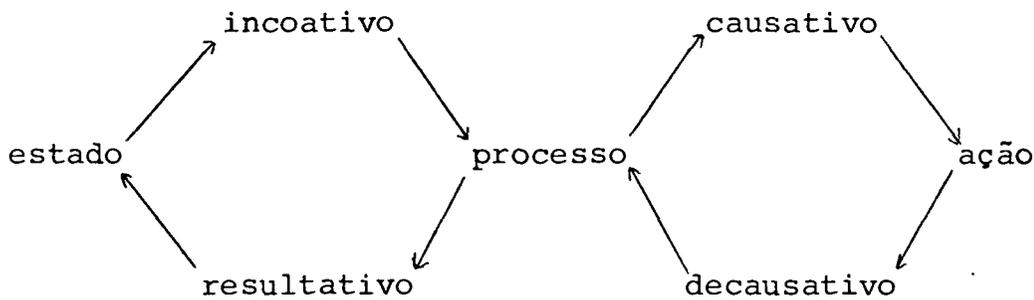
Matriz de tipos de verbos

Figura 4

Tais verbos, na presente matriz, são classificados dentro de um campo semântico específico. Nos verbos de estado, o caso O é marcado com um e minúsculo, que indica estatividade. Os verbos básicos usam somente os casos A e O. Verbos de experiência tratam da vida interior do homem e são expressos pelo caso E. Verbos benefactivos tratam de posse, ganho ou perda e transferência de propriedade e são expressos pelo caso B. Verbos locativos se relacionam com locação estática e direcional e são expressos pelo caso L.

Tendo em vista a obrigatoriedade de O postulada por Cook, esta obrigatoriedade nem sempre ocorre. Em frases como It's raining (está chovendo) e Il plent (chove), os pronomes it e il são elementos da estrutura superficial, não existentes na estrutura profunda. Chover, neste caso é um verbo de "zero" argumento.

Pode ocorrer o caso "O" duplo em certos esquemas casuais com verbos de estado, processos e ações, especificado sintaticamente (Cook, 1979:204; Nicolacópulos, 1981:87). Vejamos os exemplos:



Sistema derivacional

Figura 4

1. O incoativo é acrescentado aos verbos de estado para formar verbos processuais. Em uma mesma estrutura lógica, o predicado acontecer é acrescentado a um verbo de estado, como por exemplo, ser grosso + incoativo = engrossar, vi (acontecer, ser grosso),

2. O resultativo é acrescido aos verbos processuais gerando os verbos de estado. Neste caso, o predicado acontecer é subtraído do processo verbal, como por exemplo, quebrar, vi. (= acontecer, ser quebrado) + resultativo = ser quebrado

3. O causativo é acrescido a verbos processuais para formar verbos de ações. Em uma estrutura lógica, o predicado causa é acrescentado ao processo verbal, como por exemplo, quebrar, vi + causativo = quebrar, vt (= causa, quebrar, vi).

4. O decausativo é acrescido aos verbos de ação para formar verbos processuais. Neste caso, o predicado causa é subtraído do verbo de ação, como por exemplo, lavar, vt (= causa, lavar). + decausativo = lavar, vi).

Cook propõe algumas normas para a seleção de formas básicas, que dependem da morfologia e da sintaxe da língua (idem: 205).

Assim, pelo critério morfológico é que se distinguem as formas de estado das de não-estado. Se tivermos formas de estado e não-estado, a que for morfológicamente mais simples é que será a forma básica, como por exemplo, em grosso/engrossar e quebrado/quebrar em que grosso e quebrar é que são as formas básicas.

As formas processuais são distinguidas das de ação por critérios sintáticos. Assim, se tivermos verbos processuais e de ação, como por exemplo, quebrar, vt/quebrar, vi; quebrar, vi será a forma básica, por ser um verdadeiro intransitivo (verbo que ocorre em predicação simples: O vidro quebrou). A forma transitiva será básica se o verbo intransitivo for um pseudo-intransitivo (que não ocorre em predicação simples e exige advérbios de modo), como por exemplo, lavar, vi / lavar, vt é a forma básica. Consideremos não, "O suéter lava" mas , "O suéter lava facilmente" (cf. Nicolacópulos, 1981:76).

Segundo Lyons, "a derivação é de um verbo intransitivo para o transitivo, e de transitivo para o pseudo-intransitivo" (1969:367). Assim sendo, conhecida a forma básica, somente ela é introduzida por regras lexicais.

Com esse sistema derivacional, Cook também resolve o esquema casual para o verbo abrir, de forma diferente da tratada por Fillmore 68 em 2.2.2. Teríamos então o verbo abrir, vt com o esquema casual + [— A, O] e abrir, vi + [— O], que, segundo as normas de seleção das formas básicas abrir, vi, seria o mais básico.

Quanto às formas relacionadas do conjunto morto/morrer, a forma causativa está ausente; colocar-se-ia a forma matar para completar o paradigma: morto/morrer/matar.

cozinhar, vt [+ — A, *O]²⁶ / O - apagado
(cf. Cook, 1979; Fillmore, 1968:29)

Há os casos totalmente não-manifestos que nunca estão presentes na estrutura superficial, tendo em vista que eles são parte do valor semântico do verbo. Tais casos incluem os casos lexicalizados e correferenciais.

Os casos correferenciais²⁷ são dois casos que se encontram na estrutura profunda e que se referem à mesma pessoa ou coisa. Na estrutura superficial, tais casos possuem uma mesma realização.

Esses casos correferenciais foram propostos por Fillmore (1972:15) e adotados por Anderson e Cook. Consideremos os exemplos:

A=O
(129) Marcos / foi / para Curitiba.

em que Marcos é, ao mesmo tempo, o Agente e o Objeto que se move (de algum lugar para Curitiba) e não teria o esquema casual indicado na estrutura de superfície como + [— A, L], mas como o seria na estrutura profunda + [— A, *O, L] / A = O.

Os casos lexicalizados, por sua vez, foram primeiramente propostos por Fillmore (1970), tratados por Chafe (1970:141) por Cook (1979:206), e normalmente não aparecem na estrutura superficial.

Tanto os casos proposicionais como os modais, podem es-

²⁶ Segundo formalização de Cook (1979:206), será marcado com asterisco o caso que for apagável, lexicalizado ou correferente, sendo que tal especificação seguir-se-á ao esquema casual.

²⁷ Duas noções casuais distintas que têm o mesmo referente semântico, são chamados casos correferenciais (Cook, 1979:21).

tos, incluindo casos apagados, casos correferenciais e casos lexicalizados, serve para explicar a ausência de certos casos na estrutura superficial.

É fundamentada neste modelo de Cook, que elaboraremos o nosso terceiro capítulo, por entendermos ser ele mais consistente para o trabalho a ser proposto, não desmerecendo a grande importância dos modelos de Fillmore, Chafe e Anderson, nos quais Cook espelhou-se, procurando aprimorar o que já havia sido feito.

CAPÍTULO III

O SUJEITO: INTEGRAÇÃO SINTÁTICO-SEMÂNTICO

3.1. Introdução

Nosso objetivo neste capítulo é retomar as categorias aristotélicas e mostrar que as mesmas podem ocupar a posição de sujeito, ora como sujeito, ora como agente, ora como tópicico. Abordando o sujeito sintático, aplicaremos o modelo matricial de Cook (1970-1978) para estabelecer um paralelo com o nível semântico, às frases²⁸ ativas e passivas, aos casos não-manifestos, às orações sem sujeito, ao sujeito indeterminado, ao sujeito oracional e alçamento e à supressão de sujeito idêntico.

Em se tratando do sujeito, o mesmo será considerado, na estrutura profunda sintática como o SN diretamente dominado pela S (sentença), e, na estrutura superficial sintática, em termos de posição e concordância. A nível semântico, o mesmo será tratado em termos de "casos" (relações semânticas), na

²⁸Neste trabalho não fazemos distinções entre frase e oração. Assim, empregamos ora um ora outro termo.

terminologia da gramática de casos, especificamente o modelo de Walter Cook.²⁹ Em uma abordagem pragmática, a que Bolinger (1975) denomina psicológica, em termos de tópico³⁰ (aquele ou aquilo de que se declara alguma coisa) e comentário (o que se declara do tópico).

O sujeito gramatical ou sintático é aquele que a gramática tradicional denomina de "sujeito", que tem uma relação funcional sintática com o predicado, o objeto, etc. Essa função sintática é apenas uma das funções que os constituintes de uma sentença, numa língua, estarão assumindo, além das funções semânticas, de agente, experienciador, beneficiário, etc., e funções pragmáticas como tópico, tema, etc.

Entre esses constituintes há a relação de proeminência que pode ou não coincidir nos três níveis. O sujeito gramatical pode ser o agente e o tópico na frase.

No decorrer do capítulo, como já mencionamos, faremos uso da terminologia postulada por Cook em seu modelo matricial (1970-1978), que inclui os casos agente (A), experienciador (E), beneficiário (B), objeto (O) e locativo (L) (op. cit., p.65). Utilizaremos também a sua matriz de tipos de verbos (estados, processos e ações) os quais de acordo com os

²⁹ Com relação ao 'status' da estrutura profunda (EP): Chomsky considera a sintaxe como estrutura profunda; Fillmore: na EP estão os "casos" como relações sintáticas; Chafe e Cook: os "casos" são relações semânticas da EP. Contrariamente a essas colocações, adotaremos neste trabalho uma posição semelhante a de Moura (1988) o qual propõe a existência tanto das relações sintáticas quanto semânticas a nível de estrutura profunda.

³⁰ Tópico, para Bolinger, é o sujeito psicológico, e o que é falado; "é uma parte da sentença que é avaliada em termos do que ela contribui para a soma total da informação; o que nós sabemos é balanceado com o que nós estamos ouvindo" (1975: 155-547).

campos semânticos classificam-se em verbos básicos, de experiência, benefactivos e locativos.

Retomemos algumas colocações.

Os verbos de estado expressam uma noção de situação estática. "Não tomam o aspecto progressivo nem a ordem imperativa".³¹ Com esses verbos o SN sujeito é o paciente. Diz-se: "O homem é alto" e não "O homem está sendo alto" ou "Seja alto, homem!"

Os verbos processuais expressam um acontecimento dinâmico não-agentivo. Tomam livremente o aspecto progressivo, mas não o imperativo. O homem morre; O homem está morto (ou o homem está morrendo) mas não, Morra homem! Neste caso o SN sujeito é o paciente.

Os verbos de ação expressam "um acontecimento dinâmico agentivo". Tais verbos tomam o aspecto progressivo e o imperativo, como no exemplo: O homem constrói casas. O homem está construindo casas e Construa casas, homem! O SN sujeito é o agente.

Nos verbos de estado, o caso O é marcado com um e minúsculo que indica estatividade.

Os verbos básicos usam apenas os casos A e O. Os de experiência são expressos pelo caso E. Os benefactivos, que tratam de posse, ganho ou perda e transferência de propriedade, expressam-se pelo caso B. Os locativos relacionam-se com locação estática e direcional sendo expressos pelo caso L. Há a exigência da obrigatoriedade do caso O em todos os verbos.

Assim, com o apoio teórico no modelo matricial de Cook (1970-1978), proporemos uma integração das noções sintático-semântico-pragmáticas do sujeito dando maior ênfase à sintaxe e à semântica não deixando de abordar a pragmática quando se fizer necessário.

³¹Testes de Lakoff 1966, 2º cap.

3.2. Substância-Acidentes

Para Aristóteles, as categorias representavam os diferentes modos de atribuir-se propriedade às coisas. Essas categorias serviram de base filosófica à concepção de que o mundo é povoado por pessoas, animais e coisas (substâncias) que são os autores (agentes) ou vítimas (pacientes) de atividades e processos. Possuem certas propriedades (acidentes, acidentais) que se relacionam umas com as outras, ocupam espaço, em determinado tempo, são sujeitas a mudança, etc. (Lyons, 1979:286).

A condição primacial dada à substância, também foi dada ao sujeito na gramática tradicional.

Segundo Dinneen (1965:62), por analogia, outras coisas podem ser denominadas substâncias ou concebidas substancialmente e assim chamadas "sujeitos [...]". Entendemos que não só a substância como também algumas categorias acidentais (lugar, tempo, etc.), ocupando a posição de sujeito, são consideradas como tal.

A posição de precedência oracional implica numa redistribuição de informação, pois, como já abordamos no cap. I, o termo que estiver em evidência na frase, será o tópico, isto é, aquilo que se quer que o ouvinte saiba primeiro, e o que se lhe segue é o comentário.

Assim, sejam as categorias "substância" ou as "acidentais" ao ocuparem a posição de precedência serão o tópico, que não necessariamente é coincidente com o sujeito e o agente. Exemplificando teríamos:

(132) a) Marcos esteve na UFSC ontem.

b) Ontem Marcos esteve na UFSC.

Nestes exemplos podemos observar que em (132a) o sujeito, o tópico é "Marcos" e "ontem" está no final da frase. Já em (132b) o que está em evidência, o tópico, é "ontem" e o sujeito "Marcos" faz parte do comentário. Em (132b) vimos que sujeito e tópico não são sempre coincidentes.

A definição do binômio sujeito-predicado foi, segundo Lyons, implicitamente determinada pela distinção substância-acidentes. Essa definição foi feita em termos lógicos e assim passou para a gramática. O sujeito era visto em termos de "ator", "agente", "aquele a que se predica algo". Era o único item combinado com um não-substantivo (um verbo).

Desta forma, os termos sujeito-predicado foram definidos em relação às frases intransitivas que possuíam apenas um SN. Ao passar para a gramática, o sujeito é visto em termos de agente e generalizou-se essa agentividade também aos verbos transitivos. Na verdade, sujeito não é sinônimo de agentividade.

Em João corre, o SN é um agente mas em João morreu ele deixa de ser agente para ser um paciente e em João ouve, não é agente, nem paciente, o SN, mas um experienciador.

Nessas frases, vemos que o SN "João" apesar de semanticamente exercer funções diferentes, segundo exigência do verbo, é aquele de quem se diz alguma coisa, o tópico; corre, morreu e ouve, o que se diz do João, é o comentário.

Dessa forma, vemos que também o critério tradicional de tópico-comentário foi determinado pela distinção substância-acidentes.

Como vimos, nas orações intransitivas compostas de um termo não-substantivo (verbo), o sujeito é a expressão nominal.

Ao surgirem frases como "João matou José" em que aparecem dois elementos nominais e um verbo, será sujeito a expressão nominal que estiver precedente, o que praticou a ação (agente), e a que se contrapuser a ela, será o objeto.

No latim, segundo Camara Jr. (1979:72), o sujeito tinha a terminação do nominativo e o objeto a do acusativo, evitando-se assim dificuldades de se determinar o sujeito, independente da posição que ocupasse na frase.

No português como não há "casos" para determinar tais funções, o sujeito é visto nas gramáticas em termos de posição e concordância. Assim, nas orações transitivas o termo precedente e concordante ao verbo é o sujeito e o que se lhe contrapõe é o objeto. Se o SN estiver posposto e concordar com o verbo, pode ser sujeito, mas também pode não ser. Na gramática tradicional vimos que em uma frase como "Isto são flores", o SN flores, que concorda com o verbo, não é o sujeito.

Em estudos feitos por Eunice Pontes (1986:171), não somente o SN anteposto ao verbo será sujeito, mas também o que vier posposto a ele, pode sê-lo, tanto na linguagem escrita como na oral. Em:

(133) a) A chuva começa.

b) Começa a chuva.

E, como já nos referimos, o sujeito pode estar não no início da frase num exemplo como:

(134) Meu sofá este ano eu arrumo.

Mesmo o SN "meu sofá" estando em posição de precedência não é o sujeito e sim o tópico; "eu" é o sujeito gramatical exercendo a função de agente, no comentário.

Observamos que, a nível sintático, as posições dos SNs podem entrar em conflito quanto a ser sujeito ou objeto. Na gramática de casos isto não ocorre, pois os SNs terão os mesmos casos exigidos pelo verbo, independente da posição ocupada na frase. Os SNs serão candidatos a casos, determinados pelo elemento central, o verbo, independente de serem substância ou acidentes.

Nos exemplos arrolados anteriormente como "João morreu", o sujeito gramatical não pratica nenhuma ação. O verbo indica um processo e João é o objeto (O) semântico. Em "João ouve", o verbo também indica um processo e o SN João é um experienciador (E).

Em uma frase como:

(135) a) ^A João ^O matou José.

b) ^O José foi morto por ^A João.

O SN "João" em (135a) é o sujeito gramatical e agente. O SN "José" é o objeto sintático e o objeto (O) semântico. Tanto em (135a e b) os dois SNs exercem a mesma função semântica. Em (135b) o SN "José" é que passou a ser sujeito (paciente) e "João" passou a ser o agente da passiva. Na mudança de posição, mudam-se as funções sintáticas. O mesmo não ocorre semanticamente pois, independentemente da posição ocupada permanecem os mesmos casos, assunto que abordaremos a seguir quan-

do das frases transitivas ativas ou passivas, de acordo com a gramática de casos, segundo o modelo de Cook.

3.3. Frases ativas e passivas

Como vimos em Câmara Jr. (1979:72), o SN com a marca do nominativo no grego e no latim estava diretamente ligado ao sujeito. Nas orações transitivas o SN que se contrapusesse a esse sujeito seria o objeto com a terminação do acusativo.

Na visão tradicional, o sujeito da frase ativa e transitiva é o autor da ação (o ator, o agente) e o objeto é o "paciente", ou a "meta".

A maioria dos verbos transitivos têm a tendência a ocorrer com um substantivo com o traço mais animado como sujeito na voz ativa, enquanto que o sujeito de um verbo intransitivo e o objeto de um verbo transitivo "são relativamente indiferentes à distinção animado ou inanimado" (Lyons, 1979:360).

Os verbos transitivos (em que a ação vai além e alcança um objeto), por um paralelismo sintático, foram ligados à noção de agentividade e como já nos referimos, generalizou-se a muitos verbos.

Esse paralelismo sintático ocorre em:

(136) O menino chutou a bola.

(137) O menino viu a bola.

(138) O menino ganhou a bola.

todas as frases têm o verbo transitivo e o SN "o menino" é o sujeito e o SN "a bola" é o objeto, independente do tipo do verbo.

abrir, + [— *A, O] / pass. A - apagável.

O (A) refere-se a quem abriu a porta (alguém).

Na gramática tradicional, um mesmo referente é um candidato a sujeito ou objeto dependendo de sua posição e concor-
dância com o verbo; na gramática de casos, um mesmo referente
é um candidato ao caso que for exigido pelo verbo, independen-
te de sua posição na frase. Tomemos como exemplo o referente
"Luís".

(140) a) Luís carregou a bagagem.

b) A bagagem foi carregada por Luís.

em (140a) "Luís" é o sujeito sintático e "a bagagem" o objeto;
é "Luís" o agente (A) semântico tanto em (140a) como em (140b).
"A bagagem" é o objeto semântico (O) em ambas.

Em:

(141) a) Luís viu o desfile.

b) O desfile foi visto por Luís.

Na gramática tradicional ver é um verbo de ação. "Luís" é o su-
jeito sintático em (141a) e agente da passiva em (141b).

Na gramática de casos, segundo Cook, o SN Luís é o expe-
enciador (E) em ambas.

Em uma frase como (142a)

(142) a) Luís ganhou o prêmio.

"Luís" é o beneficiário, correspondendo ao caso benefac-
tivo (B) e é o sujeito sintático.

Com os verbos dormir e cair temos os exemplos:

(143) Luís dorme.

(144) Luís caiu.

em ambas "Luís" é o sujeito e os verbos são considerados de ação, exigindo um agente. Segundo a gramática de casos, tais verbos são processuais e "Luís" é o objeto (O) semântico.

Com o verbo atravessar temos:

(145) a) Luís atravessou o rio.

b) O rio foi atravessado por Luís.

tanto na frase ativa como na passiva o SN "Luís" é o agente (A) que realizou a ação de atravessar e o objeto (O) semântico da travessia, ocorrendo assim a correferencialidade (abordaremos em 3.4); "o rio" que em (145b) é o sujeito (paciente), em ambas, segundo Cook, é o locativo (L).

Quanto ao caso agente (A), segundo Cook, é o caso exigido por um verbo de ação mas há verbos processuais que podem tornar-se agentivos, isto é, podem ser causativizados, segundo Cruse (1973), desde que se adicione uma intenção (volição) como:

O

(146) João morreu.

é um verbo processual, mas

A=O

(147) João morreu para salvar a família.

torna-se um verbo agentivo.

Em (146) João é o caso O e em (147) é A=O, isto é, é o agente e o objeto da ação.

Para detectarmos melhor processo e ação, respectivamente, podemos aplicar o teste usado por Chafe (1970:98-9). Em (146)

(146) a) O que aconteceu ao João?

Ele morreu (processo)

b) O que João fez?

? Ele morreu.

Em (147)

?³³ a) O que aconteceu ao João é que ele morreu pela família.

b) O que João fez foi morrer pela família. (ação)

Um outro traço semântico exigido pelo caso agente (A) é de ser tipicamente animado. Apesar disso, segundo Cook, a noção de agente estende-se às forças da natureza e até a objetos inanimados, a uma instituição. Dessa forma são agentes os SNs que, particularmente nestes exemplos, estão na posição de sujeito.

(148) O vento forte derrubou a árvore.

(149) A faca feriu o traficante.

(150) A pedra quebrou a vidraça.

(151) A tempestade causou grandes danos.

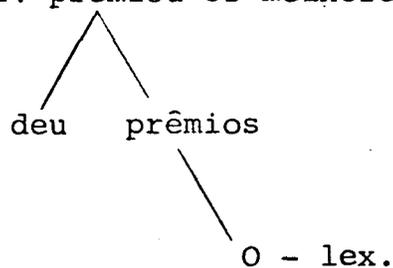
(152) O filme provocou pânico.

(153) A TV anunciou o aumento de preços.

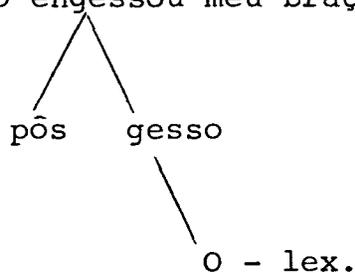
(154) A neve congelou meus pés.

³³ Cf. nota nº 25.

(157) A TV premiou os melhores de 89.



(158) O médico engessou meu braço.



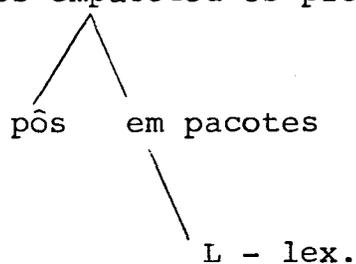
que possuem os esquemas casuais:

engessar, vt, + [— A, *O, L] / O - lex.³⁴

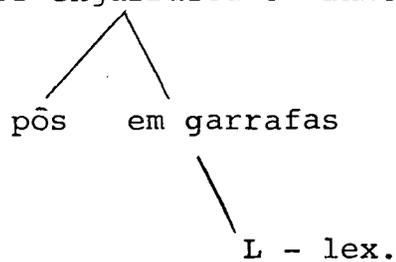
premiar, vt, + [— A, B, *O] / O - lex.

Com o caso L lexicalizado temos:

(159) Marcos empacotou os produtos.



(160) Marcos engarrafou o vinho.



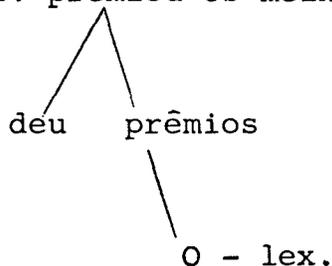
³⁴ Cf. nota nº 20.

cujo esquema casual é:

+ [— A, O, *L] / L - lex.

Há regularidade semântica entre frases, não importando a ausência ou presença desses casos na ES. Retomemos o exemplo:

(157) A TV premiou os melhores de 89.



a) A TV deu prêmios aos melhores de 89.

O

Quanto à correferencialidade, Fillmore em seus modelos de 1968 e 1971 postulou que cada SN teria somente uma função de caso profundo. Em 1972, ele admite que certos argumentos tenham simultaneamente duas funções de caso (cf. 2.2,3).

Essa correferencialidade é adotada por Cook que a define como sendo duas noções casuais distintas na EP, que possuem o mesmo referente semântico.

Nos exemplos que arrolaremos, esses casos existem nos SNs em posição de sujeito e tópico. Serão agentivos correferentes com outros casos exigidos semanticamente pelo verbo.

Mesmo o sujeito não estando como tópico da frase, essa correferencialidade existirá

A=E

(161) A polícia decidiu a questão.

A=E

a) A questão a polícia decidiu.

há uma redistribuição de informação pois em (161) "a polícia" é o sujeito e o tópico e em (161a) o tópico é "a questão" e o sujeito continua sendo a polícia e persiste a correferencialidade.

Esse verbo tem como esquema casual:

+ [— A, *E, O] / A = E

Há a correferencialidade pela ação da polícia na decisão e por tê-la experienciado.

A correferencialidade existe em:

A=B

(162) O seqüestrador apoderou-se dos bens da família.

A=L

(163) O paciente engoliu o remédio.

Em (163) além de autor da ação de engolir, "o paciente" é o locativo (L).

Ocorre também a correferência quando o caso A está numa relação de "fazer" com o verbo, e o objeto semântico é a pessoa que se move.

A=O

(164) Zico deu a volta olímpica no Maracanã.

A=O

(165) Os africanos rodearam Nelson Mandela.

em que ambas têm o esquema casual:

+ [— A, *O, L] / A = O

Há verbos, como por exemplo, assistir, que apresentam a correferencialidade no sujeito (assistir₁) e a lexicalização (assistir₂).

A=E

O

(166) a) A enfermeira assistiu a conferência.

Essa obrigatoriedade não ocorre nos verbos *chover*, *nevar* (impessoais) pois não existe elemento algum que corresponda ao caso O.

(167) Ø Choveu.

(168) Ø Nevou.

Há construções com orações sem sujeito em português onde existe o caso O, mas não referente ao sujeito.

O

(169) Ontem fez calor em Curitiba

Oe

(170) "Há violões e modinhas..."

(Cunha, 1980:91)

Pode existir o O como sujeito, quando em construções empregamos esses verbos em sentido figurado.

O

(171) Confete chovia dos apartamentos.

O

(172) "Trovejavam mil bocas escancaradas..."

(idem: ibidem)

Concluimos que, a obrigatoriedade do O exigida por Cook não se aplica às orações sem sujeito em português constituídas com verbos que indicam fenômenos da natureza.

3.6. Sujeito indeterminado

Nas gramáticas pesquisadas as orações com sujeito indeterminado ocorrem na terceira pessoa do plural e na terceira do singular com o pronome "se".

Aplicando-se o modelo de Cook, algumas orações também não apresentam na estrutura superficial o caso exigido pelo verbo mas esse caso existe na estrutura profunda. O sujeito, a nível semântico é um caso parcialmente não-manifesto.

(173) (A) Anunciaram a sua viagem.

(174) (E) Aprenderão a lição.

(175) (B) Ganharam na sena.

(176) (O) Dormiram a noite toda.

(177) (L) Continham veneno.

Nas gramáticas constam outras frases como sendo de sujeito indeterminado em que o "se" é aquele que indica a indeterminação desse sujeito. Na teoria de Cook, o "se" corresponde a casos diversos conforme a exigência verbal. Exemplificamos:

A

(178) Não se fala dele na UFSC.

E

(179) Vive-se bem aqui.

Oe

(180) Mora-se bem em Florianópolis.

Em frases como (179) a obrigatoriedade do O não se aplica. O verbo viver exige como argumento um experienciador (E) e não há como existir um O. Quem vive, "experiencia" a vida.

Há construções em que o "se" está presente mas não indica a indeterminação do sujeito. Isto ocorre quando das frases na voz passiva sintética.

A=B O
(181) Alugam-se casas.

A=B O
(182) Vende-se sucata.

Em frases assim construídas, segundo o modelo de Cook, o verbo é de três argumentos e exige correferencialidade. O sujeito é o caso O e o "se" tem casos correferenciais.

Vimos, portanto, que a obrigatoriedade O do modelo matricial de Cook não se aplica também, em português, a algumas frases com sujeito indeterminado.

3.7. O sujeito oracional e o alçamento

Em um trabalho realizado por Eunice Pontes (1986), tanto na linguagem oral como na escrita, verifica-se que há grande incidência do falante empregar o sujeito posposto, bem como de colocar na posição de sujeito sintagmas preposicionais, locativos, etc. Com a posposição do sujeito, deixa de ser importante a posição (de precedência verbal) e a concordância, traços exigidos no sujeito pela gramática tradicional.

Vemos, com isso, que a estrutura SVO exigida na gramática tradicional, deixa de ser necessariamente obrigatória.

Em se colocando sintagmas preposicionais, locativos, etc, na posição de sujeito, há a topicalização. Isso pode ocorrer por uma regra sintática denominada alçamento.³⁷ Esse alçamento tem também a função pragmática de focalizar um determinado

³⁷ Consideramos alçamento, em nosso trabalho, um recurso sintático que leva um constituinte frasal de uma oração a outra para a posição de sujeito.

constituente dando-lhe a posição de proeminência na frase, gerando, portanto, a topicalização do elemento alçado, sem que se altere o seu papel semântico.

Essa posição de sujeito e tópico não necessariamente será coincidente com o agente.

O alçamento pode ocorrer em frases com o verbo parecer. Neste caso é denominada regra de alçamento de sujeito a sujeito (ASS).³⁸ Nos valem os do exemplo de Lobato (1986:232):

Oe

(183) Parece / que aquelas moças são inteligentes,
Oe

A oração em destaque, na gramática tradicional, é uma oração subjetiva. Na teoria de Cook, essa oração subjetiva será o caso Oe, um dos casos exigidos por parecer.

O sujeito dessa oração subjetiva "aquelas moças", passa pelo alçamento a ocupar a posição de sujeito da oração principal e também torna-se tópico. O alçamento não altera o papel semântico desse sujeito.

Oe

(183) a) Aquelas moças / parecem ser inteligentes

Outros verbos podem ter sujeitos oracionais. Exemplificamos com:

Oe

(184) Convém / que você viaje.

Oe

(185) É verdade / que resolvemos o contrário.

Oe

(186) Sabe-se / que tudo vai bem.

³⁸A regra ASS, sob o ponto de vista da gramática gerativa, é tratada por Lobato (1986:232).

(190) a) O enfeite está faltando nesse vestido. ^L

b) Esse vestido está faltando o enfeite. ^L

Em construções semelhantes a:

(191) a) Marcos come torta com garfo especial.

? b) Garfo especial come torta.

Não pode haver alçamento pois o SN "garfo especial" não pode atuar como agente, que é um dos argumentos exigidos pelo verbo comer.

O alçamento também não ocorre com o L como em:

(192) a) Os alunos estão na sala. ^L

? b) A sala está os alunos.

O alçamento, portanto, pode ocorrer de sujeito a sujeito, com elementos que fazem parte do sujeito, com o objeto sintático e semântico e com locativos.

O elemento alçado pode ser: 1) um sujeito que ocupa a posição de sujeito (182); 2) um elemento que está na posição de sujeito mas nem sempre é sujeito, é tópico (188b); 3) um elemento que passa a sujeito e tópico (187b) e 4) um sujeito locativo (190b).

Os elementos alçados mantêm os mesmos casos de antes do alçamento.

3.8. Supressão de sujeito idêntico

Ainda com referência ao sujeito há uma regra de supressão de sujeito que não é abordada na gramática tradicional. Essa regra é a de supressão de sujeito idêntico (SSI),³⁹ aplicada na estrutura profunda,⁴⁰ que ocorre em frases que têm o verbo da oração subordinada no infinitivo, portanto sem sujeito na estrutura superficial.

Se tivermos construções como:

(193) Antônio quer sambar com a Portela.

temos como estrutura profunda

(193) a)
$$\begin{array}{c} E \\ \text{[Antônio querer [Antônio sambar com a Por-} \\ \text{tela]]} \end{array} \quad \begin{array}{c} \text{Oe} \\ \hline \end{array} \quad \begin{array}{c} 41 \\ \hline \end{array}$$

Para gerar a frase (193) é necessário que haja regras transformacionais na estrutura profunda. Suprime-se o sujeito da oração subordinada quando o mesmo for idêntico a qualquer sintagma nominal existente na oração principal. }

Não só esta transformação deve ocorrer antes de obter-se a estrutura superficial, mas também a regra de concordância. Essa concordância far-se-á em número e pessoa do verbo com o

³⁹ SSI - regra transformacional ou transformação, segundo Perini (1985:67, 78) - suprime-se o sujeito de uma oração subordinada quando este for idêntico a qualquer sintagma nominal presente na oração principal.

⁴⁰ A estrutura profunda (EP) postulada aqui por Perini é a nível sintático; estrutura profunda sintática.

⁴¹ Os limites das orações encerram-se dentro dos colchetes.

cuja estrutura profunda (sintática) é:

(196) a) [Patrícia querer [Patrícia matar Patrícia]].

Para que o objeto sintático não seja idêntico ao sujeito aplica-se a reflexivização,⁴² gerando-se uma estrutura intermediária

(196) b) [Patrícia querer [Patrícia matar-se]].

Para suprimir a segunda ocorrência de Patrícia, aplica-se o SSI e tem-se:

(196) c) [Patrícia querer [matar-se]].

Em seguida aplica-se a regra de concordância na oração principal e obtem-se

(196) [Patrícia quer matar-se].

Assim, em períodos semelhantes, para se chegar à estrutura superficial, é necessário que se aplique as regras de reflexivização, a de supressão de sujeito idêntico e a de concordância, na estrutura profunda.

Na formulação de Cook, construções como (196) têm o esquema casual:

querer, vt, + [— E, Oe];

matar, vt, + [— *A, O] / A-apag.

que estaria distribuído:

⁴² Reflexivização: é a transformação de um objeto em um pronome reflexivo sempre que esse objeto for idêntico ao sujeito da mesma oração (Perini, 1985:73).

E
 (196) [Patrícia quer [(A) $\frac{Oe}{\text{matar-se}}$]].

O sujeito "Patrícia" da estrutura superficial é um E e na subordinada é um A (apagado).

Enquanto que na gramática tradicional o "se" é reflexivo, correspondente ao sujeito, para Cook é um O.

O O obrigatório existe em ambas as construções. Do verbo querer o Oe é a oração subordinada e de matar o O é o "se".

Com os exemplos arrolados objetivamos mostrar que a gramática tradicional refere-se a "Antônio" e "Patrícia" como sujeitos do período.

Na gramática de casos, devido à exigência verbal, os sujeitos são experienciadores de querer, mas não o são de sambar e matar respectivamente. Correspondem ao caso A, não-manifesto, pois existe apenas na estrutura profunda.

O sujeito, portanto, de acordo com o modelo matricial de Cook, desempenha os casos exigidos pelo verbo, que é o elemento central, independentemente de sua posição na frase, ou de transformações que vierem a ocorrer.

CONCLUSÃO

Reverendo a definição de sujeito na filosofia clássica, vimos que Aristóteles deu à categoria substância a condição primordial as outras categorias e considerou-a suporte da predicação.

Por analogia, associou-se substância a substantivo e este a sujeito, e verbo, a predicado. A partir disso, encontramos implícito nas categorias aristotélicas substância, acidentes, bem como na dicotomia platônica "onoma/rhema", o conceito tradicional de sujeito e predicado, que muitas vezes identificou-se com tópico/comentário. Platão também considerou o sujeito como "o ator da ação" (agente).

A gramática tradicional definiu o sujeito como "aquilo ou aquele de que se fala" ou "aquele que pratica a ação verbal" e é considerado em termos de posição e concordância. O sujeito é o elemento importante na frase. O verbo deve a sua concordância a ele.

Acreditamos que muitos embaraços surgidos quando se faz

uma análise sintática, é devido à centralidade do nome. Se essa centralidade pertencer ao verbo determinando quantos e quais são os argumentos que o acompanham, a análise será mais adequada.

O estruturalismo dá uma abordagem sintática ao sujeito, apesar de aparecerem os termos agente e paciente.

Buscamos a definição de sujeito na concepção chomskyana. É uma noção definida configuracionalmente, está na estrutura profunda, e é uma abordagem sintática. Na estrutura superficial está a relação tópico/comentário, correspondente à relação sujeito/predicado.

Revedo a gramática de casos, concluímos que este é um modelo mais consistente devido à centralidade do verbo e a relação semântica que mantêm com seus argumentos.

Para Cook, o sujeito é uma função da estrutura superficial. Na estrutura profunda, estão as relações semânticas e, o sujeito pode exercer os mais diferentes "papéis" (casos) exigidos pelo verbo.

Aplicamos o modelo matricial de Cook para estabelecer um paralelo entre o sujeito sintático e seus correspondentes semânticos e concluímos que: 1) um mesmo referente, independente da posição que ocupe na frase, permanece com o mesmo caso exigido pelo verbo, 2) o "sujeito" pode desempenhar duas funções (semânticas) ocorrendo a correferencialidade de casos, 3) o elemento alçado, ocupando a posição de sujeito ou topicalizando-se também não altera sua função semântica, 4) a obrigatoriedade do O postulada por Cook, não se aplica a frases com sujeito com os verbos chover, nevar..., que terão "zero" argumento, e em algumas frases com sujeito indeterminado, 5) o su-

jeito, independente de transformações ocorridas, permanece com o mesmo caso exigido pelo verbo.

O ensino integrado do sujeito (a nível sintático e semântico), portanto, faz com que não se relegue a abordagem tradicional mas que se proporcione o conhecimento de que o "sujeito sintático" pode exercer diferentes papéis semânticos (casos) exigidos pelo verbo, numa abordagem da gramática de casos.

BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNANO, Nicola (1982). Dicionário de filosofia. Trad. de: Dizionário di Filosofia. Alfredo Bosi et alii. São Paulo, Mestre Jou.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de (1986). Gramática metódica da língua portuguesa. 34.ed. São Paulo, Saraiva.
- ANDERSON, John M. (1971). The grammar of case: towards a localistic theory. Cambridge, Cambridge Studies in Linguistics, Nº 4, At the University Press.
- ARISTÓTELES. Categorias (1982). Trad. Silvestre Pinheiro Ferreira. Lisboa. Guimarães e Cia. Editores.
- _____. Organon (1985) 1º volume. Categorias. Trad. Pinharanda Gomes. Lisboa, Guimarães Editora Ltda. 43-113.
- BECHARA, Evanildo (1972). Moderna gramática portuguesa. 19.ed. São Paulo, Nacional.

- BECHARA, Evanildo (1978). Lições de português pela análise sintática. 11.ed. Rio de Janeiro, Grifo.
- BIDERMAN, M.T.C. (1978). Teoria lingüística (lingüística quantitativa e computacional). Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos S.A.
- BOLINGER, Dwight (1975). Aspects of language. Second Edition, New York, Harcourt Brace, Jovanovich, Inc.
- BORBA, Francisco da Silva (1976). Pequeno vocabulário de lingüística moderna. São Paulo, Nacional.
- BUENO, Francisco da Silveira (1968). Gramática normativa da língua portuguesa. 7.ed. São Paulo, Saraiva.
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso (1964). Dicionário de filologia e gramática. 2.ed. Rio de Janeiro, Ozon.
- _____ (1975). História da lingüística. 2.ed. Trad. Maria A.B. de Azevedo. Petrópolis, Vozes.
- _____ (1977). Princípios de lingüística geral. 5.ed. Rio de Janeiro, Padrão Livraria Editora.
- _____ (1979). História e estrutura da língua portuguesa. 2.ed. Rio de Janeiro, Padrão.
- _____ (1986). Dicionário de lingüística e gramática referente à língua portuguesa. 13.ed. Petrópolis, Vozes.
- CARVALHO, Maurício Brito de (1983). As gramáticas de casos: uma visão global. A teoria de Charles Fillmore. 2ª parte. Minas Gerais, Universidade Federal de Viçosa.
- _____ (1986). Considerações sobre a diversidade de propostas da gramática de casos. SeriEncontros. Ano II, nº 1. Publicação do Curso de Pós-Graduação em Lingüística e Língua

Portuguesa, UNESP. Campus de Araraquara, 10-24.

CHAFE, W.L. (1979). Significado e estrutura lingüística. Tradução de Meaning and the Structure of Language (1970). Maria Helena de M. Neves et alii. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos.

CHOMSKY, N. (1980). Estruturas sintáticas. Traduzido de: Syntactic Structures (1957). Mouton Publishers. The Hague, São Paulo, Livraria Martins Fontes.

_____ (1978). Aspectos da teoria da sintaxe. 2.ed. Traduzido de: Aspects of the Theory of Syntax (1965). The Mit Press. Cambridge, Massachusetts. Coimbra, Armênio Amado Editora.

COOK, Walter A.S.J. (1970a). Case Grammar: from roles to rules. Georgetown University Papers on Languages and Linguistics. Number 1. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 108.

_____ (1971b). Improvements in case grammar. 1970. Georgetown University Papers on Languages and Linguistics nº 2. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 16-27.

_____ (1972a). A set of postulates for case grammar analysis. Georgetown University Papers on Languages and Linguistics, nº 4. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 36-49.

_____ (1973). Covert case roles in case grammar. In case grammar and generative semantics. Georgetown University Papers on Languages and Linguistics nº 10. Washington D.C.: Georgetown University Press, 162-166.

_____ (1976). Five models of case grammar. Georgetown University.

_____ (1978). Case grammar matrix model. In Valence, Semantic Case and Relational Grammar. Edited by Werner

Abraham. Companion Series to Studies in Language. Vol. 1.
Amsterdam: John Benjamins.

- _____ (1979). Case grammar: development of the matrix model
(1970-1978). Washington, D.C.: Georgetown University Press.
- CRUSE, D.A. (1973). Some thoughts on agentivity. Journal of
Linguistics, 9. 11-23.
- CUNHA, Celso (1980). Gramática do português contemporâneo.
8.ed. Rio de Janeiro, Padrão Livraria Editora Ltda.
- CUNHA, Celso et alii (1985). Nova gramática do português con-
temporâneo. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- DECAT, Maria B.N. (1983). Concordância verbal, topicalização
e posposição do sujeito. In: Ensaio de lingüística, nº 9.
Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais.
- DINNEEN, Francis P. (1961-1965). Linguistics and classic
philosophy. Georgetown University Round Table. Selected
Papers on Linguistics. Printed in the United States of
America, 57-64.
- _____ (1967). An Introduction to General Linguistics.
Washington, D.C.: Georgetown University Press.
- DUBOIS-CHARLIER, F. (1975). Avant-Propos: les premiers articles
de Fillmore. Langages, nº 38. Paris-Didier - Larousse.
- DUBOIS, J. et alii (1986). Dicionário de lingüística. Tradu-
zido de: Dictionnaire de Linguistique (1973). Livrarie La-
rousse. São Paulo, Cultrix.

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda (1986). Novo dicionário da língua portuguesa. 2.ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

FILLMORE, Charles J. (1966). A proposal concerning english prepositions. In: Georgetown University Round Table on Languages and Linguistics, 1966. Edited by Francis P. Dinneen, S.J. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 19-34.

_____ (1966'). Toward a modern theory of case. The Ohio State University Project on Linguistic Analysis. Report nº 13, 1-24. Reprinted in: Modern Studies in English. Edited by David A. Reibel and Sanford A. Schane (1969). Englewood Cliffs, N.J.:

_____ (1971). Some problems for case grammar. In: Georgetown University Round Table on Languages and Linguistics, 1971. Edited by Richard J. O'Brien, S.J. Washington D.C.: Georgetown University Press, 35-56.

_____ (1972). Subjects, speakers and roles. In: Davidson & Hermann (eds.), 1-24.

_____ (1975). Principles of case grammar: the structure of language and meaning. Tokyo: Sanseido Publishing Company.

_____ (1977). The case for case reopened. In: Syntax and Semantics. Vol. 8: Grammatical Relations. Edited by Peter Cole and Jerrold M. Sadok. New York: Academic Press, 59-81.

_____ (1977). Em favor do caso. Traduzido de: The Case for Case, 1968. Alzira Soares da Rocha et alii. In: LOBATO, Lúcia M.A. A semântica na língua moderna: o léxico. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 275-359.

GRUBER, J.F. (1976). Lexical Structures in Syntax and Semantics. Amsterdam: North Holland Publishing Company, 110.

HALLIDAY, M.A.K. (1967-68). Notes on transitivity and theme in english. Journal of Linguistics, 3:199-244.

_____ (1967-68). Notes on transitivity and theme in english. Journal of Linguistics, 4:179-215.

KURY, Adriano da Gama (1972). Gramática fundamental da língua portuguesa. São Paulo, Livros Irradiantes S.A.

LAKOFF, George (1966). Stative verbs and adjectives in english. In: Mathematical linguistics and automatic translation. Edited by A.G. Dettinger. Cambridge, Massachusetts. Harvard University Press.

LI, Charles N. & THOMPSON, Sandra A. (1976). Subject and topic: a new typology of language. In: LI, C. (ed.). Subject and topic. New York: Academic Press, 457-489.

LIMA, Rocha (1972). Gramática normativa da língua portuguesa. 15.ed. Rio de Janeiro, José Olympio.

LOBATO, Lúcia M. Pinheiro (1986). Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação. Belo Horizonte, Minas Gerais, Vigília Ltda., 232-237.

LYONS, John (org.) (1976). Novos horizontes em lingüística. São Paulo, Cultrix, 119-133.

LYONS, John (1979). Introdução à lingüística teórica. Tradução de: Introduction to Theoretical Linguistics. Rosa V.M. e Silva et alii. São Paulo, Editora Nacional e Editora da Universidade de São Paulo.

LUFT, Celso Pedro (1985). Moderna gramática brasileira. 6.ed. Porto Alegre, Globo.

MACAMBIRA, José Rebouças (1987). A estrutura morfo-sintática

- do português: aplicação do estruturalismo lingüístico. 5.ed. São Paulo, Pioneira.
- MORENTE, Manuel G. (1970). Fundamentos de filosofia I. Traduzido de: Fundamentos de Filosofia, 1962. Guilherme de la Cruz Coronado. São Paulo, Mestre Jou, 103-108.
- MOURA, Heronides M. de M. (1988). A passiva e o problema da relação sintaxe-semântica. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, UFSC.
- NICOLACÓPULOS, Apóstolo T. (1981). A semantic analysis of portuguese predications. An introduction to case grammar. Tese de Doutorado. Washington, D.C.: Georgetown University.
- NIVETTE, Joseph (1975). Princípios de gramática gerativa. São Paulo, Pioneira.
- PEQUENO Dicionário Filosófico (1977). São Paulo, Hemus Livraria Editora Ltda.
- PERINI, Mário A. (1985). A gramática gerativa: introdução ao estudo da sintaxe portuguesa. 2.ed. Belo Horizonte, Vigília, 56-78.
- PONTES, Eunice Souza Lima (1973). Verbos auxiliares em português. Petrópolis, Vozes.
- _____ (1986). Sujeito: da sintaxe ao discurso. São Paulo, Ática.
- _____ (1987). O tópico no português do Brasil. São Paulo, Pontes Editoras, 52-59.
- ROBINS, R.H. (1979). Pequena história da lingüística. In: LYONS, John. Introdução à lingüística teórica (1979). São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.

- SILVA, Carly (1978). Gramática transformacional: uma visão global. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico.
- TESNIÈRE, L. (1976). Elements de syntaxe structurale, 1953. Paris, Deuxième édition, Editions Klincksieck.
- TODOROV, T. et alii (1977). Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem. São Paulo, Perspectiva.
- VIVIANI, Zélia A. (1987). Polissemia do verbo ficar - introdução à gramática de casos. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, UFSC.
- WERNER, Charles (1966). La filosofia greca. Calabria-Barcelona, Editorial Labor S.A., 98-111.